MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Estado do
Rio Grande Norte – SFA/RN
UNIDADE GESTORA 130023

M A P A
147
A N O S
ABASTECENDO O BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO

2007

Natal/RN, fevereiro de 2008

APRESENTAÇÃO

"O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA passa por um período de fortalecimento institucional que teve início em 2004, com um diagnóstico de auto-avaliação realizado com o suporte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que identificou a necessidade de melhorar a gestão e os resultados das ações e serviços ofertados pelo MAPA ao agronegócio e à sociedade brasileira. O marco legal dessa iniciativa foi o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005 que trata da reestruturação organizacional do MAPA."[1]

Este Relatório segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União[2]*, com informações e dados sobre a economia, a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte (SFA-RN), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que irão facilitar uma análise crítica pelos órgãos de controle externo do Governo Federal.*

As páginas seguintes contêm informações sobre as responsabilidades institucionais da SFA/RN e o seu papel na execução das políticas públicas federais relacionadas à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento rural do Estado do Rio Grande do Norte. Este documento relaciona os Programas e as Ações do Plano Plurianual de Ação – PPA para o período de 2004/2007 em execução pelos diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo desta Superintendência, apresentando as suas metas físicas e orçamentárias programadas e alcançadas.

É importante registrar a parceria mantida entre a SFA/RN e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) do Governo do Rio Grande do Norte, principalmente através do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN). Essas ações conjuntas se concentram na implantação de um sistema estadual de defesa agropecuária voltado para a erradicação de doenças de animais, em especial a Febre Aftosa; no monitoramento permanente nas áreas de rotas de aves migratórias, para a prevenção da Influenza Aviária e no controle do trânsito interestadual de animais e vegetais, para a prevenção de pragas e doenças de plantas na Zona Livre de Mosca-das-Frutas (Anastrepha grandis) no pólo regional de produção de frutas tropicais de Açu/Mossoró.

Prosseguiu em 2007 o esforço para dotar a SFA/RN de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão norte-riograndense. A realização de um seminário sobre Gestão Pública, com a participação de servidores e colaboradores, resultou em um ambiente favorável à sinergia necessária para a implantação desse modelo de gestão em 2008.

Natal/RN, Fevereiro de 2008.

JOSÉ TEIXEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Superintendente Federal de Agricultura
no Estado do Rio Grande do Norte

[1] *Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Projeto SDA Forte: Plano Estratégico 2007/2015/MAPA. Secretaria da Defesa Agropecuária, Assessoria de Gestão Estratégica – Brasília: MAPA/SDA, 2007. 34pg*
[2] *PORTARIA CGU Nº 1950, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007, QUE REGULAMENTA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 47/2004 E SUAS ALTERAÇÕES, E DECISÕES NORMATIVAS Nº 85/2007 E Nº 88/2007, DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU*

SUMÁRIO

pág

1. IDENTIFICAÇÃO..... 4
2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS..... 5
2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas 5
3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO..... 5
4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES..... 6
4.1. Programas..... 6
4.1.1. Programa 001..... 6
4.1.1.1. Dados gerais 6
4.1.1.2. Principais Ações do Programa 6
4.1.1.3. Gestão das ações 7
4.1.1.3.1. Ação 000 – Nome 7
4.1.1.3.1.1. Dados gerais..... 7
4.1.1.3.1.2 Resultados 7
5. Desempenho operacional..... 7
6. Previdência Complementar Patrocinada..... 8
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal..... 8
8. Operações de fundos 8
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)..... 8
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)..... 9
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) 10
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) 11
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)..... 12
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) 13
Anexo F - Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007) 14

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte – SFA/RN
Natureza Jurídica	Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962, publicada no D.O.U. de 11/10/1962 e republicada no DOU de 12/10/1962. A Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte é uma unidade descentralizada da administração direta, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de: I – defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II – fomento e desenvolvimento agropecuário; III – assistência técnica e extensão rural; IV – infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V – administração de recursos humanos e serviços gerais; VI – programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; VII – qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e VIII – aperfeiçoamento da gestão da Superintendência. A estrutura organizacional da SFA/RN é composta pelo Superintendente e seu Gabinete; Assistente do Superintendente; Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA; Divisão Técnica - DT que compreende os serviços finalísticos – Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária (SEDESA), Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Agropecuária (SIPAG), Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (SEFAG), Serviço de Desenvolvimento e Política Agropecuária (SEPDAG) e Serviço de Vigilância Internacional Agropecuária (VIGIAGRO) – Serviço de Apoio Administrativo (SAD), que compreende as seções e setores de apoio administrativo - Seção de Atividades Gerais (SAG), com o Setor de Material e Patrimônio (SMP) e o Setor de Transportes (STR); a Seção de Recursos Humanos (SRH) com o Setor de Administração de Pessoal (SAP) e a Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF).
CNPJ	00.396.895/0019-54
Nome e Código no SIAFI	Superintendência Federal de Agricultura - 130023
Código da UJ Titular do Relatório	130023
Endereço completo da Sede	Avenida Engenheiro Hildebrando de Góis, 150, Edifício Fernando

	Costa, Ribeira, Natal/RN.
Endereço da página institucional na internet	**http://www.agricultura.gov.br**
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função do governo predominante	Fiscalização – Inspeção – Defesa Sanitária – Vigilância Internacional (Federal)
Tipo de atividade	Agropecuária
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	SFA/RN - 130023

Fonte: SPA/SFA/RN

2 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

A missão institucional da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte é "promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade do estado do Rio Grande do Norte".

De acordo com a Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005, que criou o Regimento Interno das Superintendências, a SFA/RN tem como atribuições legais a coordenação e a execução das políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltadas para o Estado do Rio Grande do Norte. Essas políticas públicas federais compreendem ações nas áreas de fiscalização de insumos agropecuários (sementes, mudas e viveiros; fertilizantes, corretivos e inoculantes; rações e concentrados; produtos para uso veterinário; aviação agrícola), defesa sanitária agropecuária (controle zoossanitário e fitossanitário de doenças e pragas; credenciamento de clínicas veterinárias;), inspeção e classificação de produtos de origem animal e vegetal, fomento e desenvolvimento da política agropecuária e vigilância internacional agropecuária.

3 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua como órgão executor de 24 programas do PPA 2007-2011. Dentre eles, 13 (treze) programas foram desenvolvidos no Estado do Rio Grande do Norte, correspondendo a 35 (trinta e cinco) ações (PI'S), no exercício de 2007.

A SFA/RN atua e contribui para o alcance das metas nacionais desses programas governamentais e as ações correspondentes, os objetivos e os beneficiários, respectivamente, assim como as metas físicas estão descritas neste relatório. Os resultados das ações executadas pelos serviços da Divisão Técnica são apresentados nas diversas tabelas, sendo mencionadas a descrição das atividades da ação, as metas programadas e alcançadas, o desempenho operacional e os resultados alcançados, analisados criticamente, considerando os seus aspectos positivos e as oportunidades de melhoria.

Convém mencionar que as metas que constam neste relatório são aquelas para as quais foram descentralizados créditos orçamentários e financeiros para a Superintendência no exercício de 2007. Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar o desempenho das ações relevantes no exercício de 2007 foram estabelecidos na Oficina de Auto-Avaliação da Gestão e de Indicadores de Desempenho Institucional, realizada na SFA/RN no exercício de 2006, seguindo orientações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do MAPA.

4 GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1 Programas

4.1.1 PROGRAMA 0357 – SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS.

4.1.1.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa:	Programa Finalístico
Objetivo geral	Prevenir o ingresso, a disseminação e o estabelecimento de pragas e enfermidades, assegurando a saúde dos animais, a sanidade dos vegetais e a inocuidade dos alimentos, além de evitar danos ao meio ambiente, certificando a qualidade dos produtos e insumos importados e exportados e evitando prejuízos à economia brasileira e à Saúde Pública por meio da fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, produtos, subprodutos, derivados, insumos agropecuários e materiais para pesquisa científica.
Gerente do programa	Secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Coordenador-Geral do Vigiagro, Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Partida inspecionada
Público-alvo (beneficiários)	Clientela interna – Seções e serviços da SFA/RN e demais áreas técnicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Clientela externa – Receita Federal, INFRAERO, ANVISA, CODERN, Empresas aéreas, Empresas marítimas, Despachantes Aduaneiros, Importadores e Exportadores e o público em geral (passageiros).

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

- *Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos – FISCPLANTA.*
- *Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e de seus Produtos – FISCANIMAL.*

As duas principais ações do programa são desenvolvidas nas unidades localizadas no Estado do Rio Grande do Norte, na vigilância e na fiscalização do trânsito internacional de vegetais, animais e de seus produtos.

No Estado o VIGIAGRO engloba as seguintes Unidades de Gestão: Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Natal (**Uvagro/Porto**) e a Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional Augusto Severo, localizada no município de Parnamirim/RN, (**Uvagro/Aeroporto**).

Ao executarem seus processos, as unidades do VIGIAGRO têm como missão: estar em permanente alerta para promover a vigilância agropecuária internacional, impedindo a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.

“Salvaguardar a saúde animal, a sanidade vegetal, a saúde pública e o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro” é a Missão do Sistema VIGIAGRO. Apesar do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/MAPA nº 300, contemplar a criação do Serviço de Vigilância Agropecuária com duas Uvagro´s para o Estado do Rio Grande do Norte (Porto e Aeroporto), a operacionalização das atividades está se desenvolvendo de maneira precária devido à falta de Fiscais Federais Agropecuários (FFA’S), Técnicos em Agropecuária e Agentes Administrativos.

Tabela 1 - Lotação e necessidades de servidores no sistema VIGIAGRO/RN

Categoria Funcional	Existente	Lotação		Necessário	Deficiência
		UVAGRO Aeroporto	UVAGRO Porto		
Engº Agrônomo	04	02	02	02	02
Médico Veterinário	03	03	00	02	02
Técnico em Agropecuária	00	00	00	04	04
Agente administrativo	03	02	01	02	02

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

Portanto, torna-se necessário dotar as unidades com mais 04 Fiscais Federais Agropecuários em seus quadros, sendo 02 Agrônomos e 02 Veterinários, 04 Técnicos em Agropecuária e 02 Agentes Administrativos, todos treinados, sob pena das atividades de fiscalização, perderem eficiência e eficácia e o serviço de vigilância sofrer solução de continuidade na sua prestação de serviço no trânsito internacional de produtos de origem Animal e Vegetal.

4.1.1.3. Gestão das ações

4.1.1.3.1. AÇÃO 2180 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS E SEUS PRODUTOS – FISCPLANTA.

4.1.1.3.1.1. Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Fiscalização do trânsito internacional
Descrição	Fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos no Porto de Natal e Aeroporto Internacional Augusto Severo, em Parnamirim/RN.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.
Unidades executoras	Uvagro's/Porto e Aeroporto/RN.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/RN.
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Djalma Dantas Pereira de Macedo

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

4.1.1.3.1.2. Resultados da ação

Tabela 2 - Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus produtos - FISCPLANTA.

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO		
			Meta Estadual	Realizado	%
2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos.	FISCPLANTA	Partida Inspecionada-Unidade	5.540	6.430	116,06

A ação "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos" tem como parâmetro "**partida inspecionada"**. Esta Meta foi determinada pela Coordenação Nacional do VIGIAGRO no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN) do MAPA. No dia 02/07/07 foi realizada em Brasília/DF uma reunião com técnicos do Planejamento para revisão do PPA 2008-2011, na qual ficou definido que o novo produto das Ações do VIGIAGRO será "**fiscalização realizada**".

Em decorrência da meta planejada pela coordenação nacional ter sido acima da previsão da SFA/RN (7.105), ela foi corrigida para o nível estadual (5.540). Para atingir a meta estadual programada foi necessário a colaboração dos FFA'S de outros serviços da SFA/RN, inclusive do Chefe da Divisão Técnica da Superintendência, devido à deficiência de pessoal lotado nas Uvagro's.

A certificação na origem - imposta pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) para importação de manga, mamona e melão - é coordenada, no momento, pelo SEDESA/RN. Vale salientar que referida atividade deveria ser coordenada pelo VIGIAGRO. O assunto já foi discutido com o Coordenador Nacional do VIGIAGRO em Brasília e espera-se resolver a situação no exercício de 2008.

O Sistema de Informações do Comércio Exterior - SISCOMEX é necessário para que os fiscais autorizem previamente o embarque e dêem anuência em processos de importação de certos produtos agropecuários, dos quais o MAPA é anuente obrigatório. Faz-se necessário treinamento para os fiscais de todos os serviços técnicos da Superintendência para que tenham condições de operar o sistema de forma eficiente, evitando a demora da anuência no SISCOMEX e atrasos no desembaraço das mercadorias.

4.1.1.3.2. AÇÃO 2181 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS E SEUS PRODUTOS – FISCANIMAL.

4.1.1.3.2.1. Dados gerais da ação

Tipo	Ação não orçamentária
Finalidade	Fiscalização do trânsito internacional
Descrição	Fiscalização do trânsito internacional de animais e seus produtos no Porto de Natal e Aeroporto Internacional Augusto Severo, localizado no município de Parnamirim/RN.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.
Unidades executoras	Uvagro's/Porto/Aeroporto/RN.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/RN.
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Responsável pela execução da ação no nível local	Djalma Dantas Pereira de Macedo

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

4.1.1.3.1.2 Resultados

Tabela 3 - Ação da Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de animais e seus produtos.

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO		
			Meta Estadual	Realizado	%
2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos.	FISCANIMAL	Partida Inspecionada (Unid.)	535	651	121,7

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

A ação "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos" também tem como parâmetro "**partida inspecionada**". Embora tenha atingido a meta programada deixou muito a desejar. A fiscalização realizada pela Uvagro/Aeroporto Internacional Augusto Severo atuou praticamente na atividade de fiscalização de bagagens de passageiros de vôos internacionais deixando, portanto, de realizar as demais atividades de competência do VIGIAGRO. Podemos citar a exportação de pescado e de camarão que sai pelo Aeroporto e Porto quase que semanalmente. A certificação destinada à exportação via Porto e Aeroporto, uma das atividades do VIGIAGRO, é realizada no momento por FFA'S do SIPAG/RN, devido à falta de fiscais no serviço (Médico Veterinário).

Na Uvagro/Porto não existe na lotação de pessoal da unidade um FFA Médico Veterinário e, em conseqüência, a meta programada e realizada foi quase zero na Ação "Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e de seus Produtos".

A fiscalização do lixo de bordo de aviões e navios representa mais um ponto crítico para a eficácia da ação, devido à deficiência de pessoal (fiscal) e da infra-estrutura existente no Porto e Aeroporto, com a desativação dos incineradores na área primária. O lixo de bordo dos aviões é encaminhado para o aterro sanitário da Grande Natal.

Tabela 4 - Metas e resultados das ações

Previstas				Realizadas	
PI		Física	Financeira	Física	Financeira
Fiscplanta	Ação 2180	5.540	-	6.430	45.228,00
Fiscanimal	Ação 2181	535	-	651	-

Fonte: VIGIAGRO/DT/SFA/RN

Metas Físicas

Após as avaliações acima expostas é possível afirmar que as metas programadas foram alcançadas, porém, as ações do VIGIAGRO foram atendidas em parte, principalmente na Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e de seus Produtos. As oportunidades de melhoria estão relacionadas ao gerenciamento do lixo de bordo, proveniente das aeronaves e das atividades de fiscalização do VIGIAGRO, ao controle do SISCOMEX, ao treinamento sobre procedimentos específicos de fiscalização e, principalmente, pela falta de recursos humanos suficientes, o que gera o risco de entrada de pragas e doenças no País.

Como aspecto positivo podemos citar o bom relacionamento existente entre a Receita Federal e as unidades do VIGIAGRO/RN.

Metas Financeiras

O FISCPLANTA foi o único PI (Projeto Interno) onde foram descentralizados os recursos para diárias, consumo, serviço e passagem aérea. Os recursos orçamentários e financeiros foram suficientes e gastos principalmente em treinamentos, diárias e passagem aérea com os novos fiscais recém-concursados, com os fiscais de outros serviços da Superintendência que realizaram atividades relacionadas à Vigilância Internacional Agropecuária, no Porto de Santos/SP e na Fronteira do Brasil, na cidade de Fóz do Iguaçu/PR. Também foram descentralizados recursos de investimentos (R$115.000,00) para aquisição de veículos, móveis e equipamentos para as unidades do VIGIAGRO/RN.

4.1.2 PROGRAMA 0375 – QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS.

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo de Programa	Programa Finalístico.
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa	Secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	Fiscalizações realizadas
Público-alvo (beneficiários)	A sociedade em geral, produtores agrícolas e outros empreendedores agropecuários.

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

4.1.2.2 Principais Ações do Programa

- *Ação 2179 Fiscalização e Inspeção da Produção e do Comércio de Sementes e Mudas – PI FISCALSEM 1*
- *Ação 2141 Fiscalização e Inspeção da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – PI FISFECOI*
- *Ação 2124 Fiscalização e Inspeção da Produção e Comercialização de Alimentos para Animais – PI FISCINAN*
- *Ação 2140 Fiscalização da Produção e Comercialização de Produtos de Uso Veterinário – PI FISPROVET 1*

4.1.2.3 Gestão das Ações

4.1.2.3.1 AÇÃO 21790000 – FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – PI FISCALSEM 1

4.1.2.3.1.1 Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação de vegetais de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para a garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas; Análise laboratorial de amostras coletadas para

	verificação de atendimento aos padrões estabelecidos; e Certificação da produção de sementes e mudas.
Unidade administrativa responsável	Coordenação do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	Agwagner Dutra Alarcão
Coordenador estadual da ação	FFA Engº Agrº João Batista de Morais Sobrinho
Responsável pela execução da ação	FFA Engª Agrª Elita Maria Leite Palmeira

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

4.1.2.3.1.2. Resultados

Tabela 5 – Metas e resultados da ação (exercício 2007)

PREVISTAS		REALIZADAS		
Física	**Financeira**	**Física**	**Financeira**	**% R**
171	11.428,96	188	18.252,85	110

Fonte: SEFAG/SFA/RN

Tabela 6 – Outras despesas do PI – FISCALSEM (exercício 2007)

PROGRAMAÇÃO NACIONAL		REALIZADAS		
Física	**Financeira**	**Física**	**Financeira**	**%R**
Deslocamento Nacional (Passagens/diárias)	51.476,87	Deslocamento Nacional (Passagens/diárias)	48.554,46	94,32

Fonte: SEFAG/SFA/RN

Avaliação dos resultados

Durante o exercício de 2007 não houve descontinuidade na liberação de recursos, mesmo considerando-se o período de greve dos FFA's, tendo em vista a intensificação dos trabalhos no quarto trimestre.

Observe-se que a meta realizada superou a prevista na Programação Orçamentária em 10%. A elevação do custo da ação deve-se ao treinamento de uma nova fiscal, FFA Raquel Aparecida Furlan, a qual iniciou-se na Responsabilidade Técnica deste PI.

Foram cadastrados no RENASEM 5 (cinco) produtores de sementes, 23 (vinte e três) de mudas e 56 (cinqüenta e seis) comerciantes de sementes e ou mudas. Também foram realizadas 188 (cento oitenta e oito) fiscalizações, sendo: 16 (dezesseis) na produção de sementes, 36 (trinta e seis) na produção de mudas e 136 (cento, trinta e seis) comerciantes de sementes e/ou mudas.Foram

inspecionados 1.093 há de campos de sementes: básicas, certificadas e S1. Foram inspecionadas 1.009.894 mudas diversas, em 22 viveiros.

Conclusão

O programa, no que diz respeito às sementes e mudas, muito tem contribuído para a melhoria da produtividade e expansão das áreas agrícolas, quando as chuvas as permitem. A fiscalização ampliou o conhecimento entre os agricultores, usuários destes materiais, os quais têm sido induzidos a exigir dos produtores, de sementes e mudas, o comprometimento com a qualidade e eficiência esperada, motivo que os leva a denunciar as fraudes.

A fiscalização de mudas foi bastante intensificada, tendo em vista a grande proliferação de viveiros clandestinos espalhados estado afora, sem cadastro no RENASEM. A fiscalização está sempre atenta aos atendimentos normativos da produção destes materiais, interceptando-os, quando necessário, e aplicando as sanções necessárias, quando decorrentes de comprovações e de julgamentos concluídos.

4.1.2.3.2 AÇÃO 21410000 – FISCALIZAÇÃO DE FERTILIZANTE, CORRETIVO E INOCULANTE – PI FISFECOI

4.1.2.3.2.1 Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; Inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; Realização de reuniões técnicas, cursos, estágios e treinamento em serviço para capacitação de fiscais; Elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e Realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Coordenador estadual da ação	FFA Engº Agrº João Batista de Morais Sobrinho
Responsável pela execução da ação	FFA Química Lizolda Maria Pereira

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

4.1.2.3.2.2. Resultados

Tabela 7 – Metas e resultados da ação (exercício 2007)

PREVISTAS		REALIZADAS		
Física	**Financeira**	**Física**	**Financeira**	**% R**
172	10.050,30	140	11.286,37	81,4

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

Avaliação dos resultados

Durante o exercício de 2007 não houve descontinuidade na liberação de recursos, mesmo considerando-se o período de greve dos FFA's, tendo em vista a intensificação dos trabalhos no quarto trimestre.

Observe-se que a meta realizada, apesar da liberação normal de recursos financeiros, não atingiu plenamente o previsto por motivo de atendimentos emergenciais e pontuais fora dos roteiros pré-estabelecidos, dificultando o atendimento ao previsto.

Foram realizados: 1(um) registro de produtor de fertilizante orgânico-mineral, 3 (três) de importadores de fertilizantes e 10 (dez) de produtos. Foram realizadas 140 (cento e quarenta) fiscalizações, sendo: 101 (cento e uma) aos produtores e comerciantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes e 39 (trinta e nove) aos consumidores finais, para tomadas de amostras laboratoriais com o fim de conferir qualidade aos produtos adquiridos.

Conclusão

O programa, no que diz respeito aos fertilizantes e corretivos produzidos na região, em interação com as sementes e mudas, são insumos que impulsionam a produtividade e expansão das áreas agrícolas, principalmente no contexto da agroindústria, oferecendo rendimentos significativos, responsáveis pelo crescimento do agronegócio brasileiro. Portanto, não se poderia omitir as ações de registro de produtores e de seus produtos, bem como o acompanhamento e fiscalização, os quais visam oferecer aos produtores agrícolas, produtos com parâmetros fixos e reais, que possam atender aos anseios de qualidade e produtividade esperada.

Para atender a este objetivo, a fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes foi bastante intensificada, tendo em vista informações de produção clandestina no interior do estado. Por outro lado, a fiscalização está sempre atenta aos atendimentos normativos da produção destes materiais, interceptando-os, quando necessário, e aplicando as sanções necessárias, quando resultadas de comprovações e devidamente julgadas.

4.1.2.3.3 AÇÃO 21240000 – FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ANIMAL – PI FISCINAN

4.1.2.3.3.1 Dados gerais

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; Registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade mediante realização de análises fiscais; Realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; Capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas

	práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	FFA Zootenista Fernanda Marcussi Tucci
Coordenador estadual da ação	FFA Engº Agrº João Batista de Morais Sobrinho
Responsável pela execução da ação	FFA Engº Agrº José Majulí Bezerra

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

4.1.2.3.3.2. Resultados

Tabela 8 – Metas e resultados da ação (exercício 2007)

PREVISTAS		REALIZADAS		
Física	**Financeira**	**Física**	**Financeira**	**% R**
224	20.382,80	98	8.487,33*	43,75 (41,64)*

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

Tabela 9 – Outras despesas do PI – FISCINAN (exercício 2007)

MATERIAL PERMANENTE		REALIZADAS		
Física	**Financeira**	**Física**	**Financeira**	**% R**
Microcomputadores Portáteis (3) e Impressoras (3)	8.000,00	Microcomputadores Portáteis (3) e Impressoras (3)	8.000,00	100

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

Avaliação dos resultados

Durante o exercício de 2007 esta ação teve um grave problema de descontinuidade por falta de recursos humanos, estando praticamente paralisada até o final do primeiro semestre, quando recebeu a colaboração da FFA Zootecnista Sara Hoppe Shroder, recém aprovada no concurso público para os novos FFA, incorporando-se para atender às ações do SEPDAG. Mesmo em fase de treinamento, a nova FFA conferiu à ação uma participação que corresponde ao esperado na fase de sua iniciação, motivo pelo qual espera-se voltar à normalidade no ano de 2008.

Observe-se que a meta realizada ficou muito aquém da Programação Orçamentária (43,75%).Os recursos repassados e gastos com a ação estão compatíveis com o produto alcançado, quando se compara o programado com o liberado (41,64%).

Foram realizados 03 (três) registros, sendo: 01 (um) de produtor de alimentos para animais, 01 (um) de Importador de produto para alimentação animal e 01 (um) de produto para alimentação animal, bem

como realizados 06 cadastros de comerciantes de alimentos para animais. Foram realizadas 98 (noventa e oito) fiscalizações, sendo: 25 (vinte e cinco) em estabelecimentos fabricantes; 69 (sessenta e nove) em estabelecimentos comerciais; 01 (um) vistoriado para registro; e 03 (três) estabelecimentos produtores e comerciais clandestinos.

Conclusão

O programa, no que diz respeito aos alimentos para animais, produzidos na região, constitui-se em insumos que impulsionam a produtividade e o desenvolvimento dos rebanhos bovinos, caprinos, ovinos, bem como dos demais animais domésticos de cunho econômico ou de estimação, conferindo qualidade e conformidade em seu conteúdo, promovendo a expansão de suas explorações, principalmente no contexto da agroindústria, oferecendo rendimentos significativos, responsáveis pelo crescimento do agronegócio brasileiro.

Portanto, não se poderia omitir as ações de registro de produtores, seus produtos e os níveis de garantia de seus ingredientes, bem como o acompanhamento e fiscalização, os quais visam oferecer aos pecuaristas, produtos com parâmetros fixos e reais, que possam atender aos anseios de qualidade e desenvolvimento nutritivos esperados. Para atender a este objetivo, a fiscalização de alimentos para animais teria que estar bastante intensificada, tendo em vista os prejuízos financeiros que esta atividade, de forma clandestina, pode causar. Por outro lado, a fiscalização está sempre atenta aos atendimentos normativos da produção destes materiais, interceptando-os, quando necessário, e aplicando as sanções necessárias, quando decorre de comprovados e julgados.

4.1.2.3.4 AÇÃO 21400000 – FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO – PI FISPROVET1

4.1.2.3.4.1 Dados Gerais

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no país e no exterior; e controle da importação de produtos.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	FFA Méd Vet Marcus Vinicius de Santana Leandro Júnior
Coordenador estadual da ação	FFA Engº Agrº João Batista de Morais Sobrinho
Responsável pela execução da ação	FFA Medº Vetº Roberto Gastão da Silva (colaborador)

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

4.1.2.3.4.2. Resultados

Tabela 10 – Metas e resultados da ação (exercício 2007)

PREVISTAS		REALIZADAS		
Física	**Financeira**	**Física**	**Financeira**	**% R**
190	17.359,70	217	7.572,13	114,2

Fonte: SEFAG/DT/SFA/RN

Avaliação dos resultados

Durante o exercício de 2007, esta ação, que foi passada recentemente para o Programa, que ainda se recente da falta de um planejamento estratégico no âmbito da Coordenação Central, fator que poderá ser alterado no decorrer do ano de 2008, após a reunião técnica de João Pessoa, decorrida no mês de novembro de 2007. Mesmo assim, diante da dedicação do FFA Roberto Gastão da Silva, conseguiu-se somar esforços para atender a demanda de Licenciamento de Farmácias Veterinárias, visando dar apoio à Campanha Estadual de Vacinação para a Erradicação da Febre Aftosa.

Observe-se que a meta realizada superou a prevista na Programação Orçamentária em 14,2%. Mediante parcos recursos recebidos, os quais não chegaram a contemplar, de perto, a Programação Orçamentária, a soma de esforços conseguiu superar a própria programação.

Foram realizados: 88 (oitenta e oito) novos licenciamentos, 40 (quarenta) renovações de licenciamento, 40 (quarenta) autos de infração e 91 (noventa e uma) apreensões de medicamentos e outros produtos veterinários. Foram realizadas 217 (duzentos e dezessete) fiscalizações, sendo todas em farmácias veterinárias, pois no Estado não existe estabelecimentos produtores de produtos de uso veterinário.

Conclusão

O programa, no que diz respeito aos produtos de uso veterinário, muito tem contribuído para a confiabilidade no fornecimento destes produtos, que caracterizam maior segurança para o pecuarista, que vê nestes produtos a sustentabilidade sanitária e produtiva de seus rebanhos, motivo pelo qual eles recorrem ao seu consumo.

A fiscalização ampliou o conhecimento entre os agricultores, usuários destes materiais, os quais têm sido induzidos a exigir sua adequação e o comprometimento com a eficiência esperada. A fiscalização de produtos de uso veterinário foi bastante intensificada, e tem retirado do mercado produtos condenados em outras instâncias, apresentando irregularidades e vencidos, estando sempre atenta aos atendimentos normativos da produção destes materiais, interceptando-os, quando necessário, e aplicando as sanções necessárias, quando decorre de comprovados e julgados.

4.1.3 PROGRAMA 6003 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

4.1.3.1 Dados Gerais

Tipo de Programa	Programa finalístico.
Objetivo geral	Desenvolver as ações que visam o fortalecimento do agronegócio brasileiro.
Gerente do programa	Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – Márcio Antônio Portocarrero
Gerentes executivos	Coordenador Nacional de Projeto/Atividade,
Indicadores ou parâmetros utilizados	Contrato Fiscalizado
Público-alvo (beneficiários)	Organização das Cooperativas Brasileiras e suas unidades estaduais; Serviço Nacional de Aprendizagem

	- SESCOOP e suas unidades estaduais; Cooperativas Centrais, Federações, Confederações e Associações Rurais; Cooperativas Singulares; Associações Rurais; Federações de agricultura; Sindicatos Rurais; Estados e Municípios; Organizações não-governamentais; Universidades Federais e Outros.

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

4.1.3.2 Principais Ações do Programa

a) *Ação 005A – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário*

b) *Ação 109D – Mecanização Agrícola*

c) *Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse*

4.1.3.3 Gestão das Ações

4.1.3.3.1 AÇÃO 005A - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

4.1.3.3.1.1 Dados gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Realizar fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da união, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Administrativa Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Unidade Executora	SFA/RN
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	SEPDAG/DT/SFA/RN
Coordenador Nacional da Ação	Márcio Cândido Alves
Coordenador Estadual da Ação	FFA João Batista de Morais Sobrinho

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

4.1.3.3.2 AÇÃO 109D – MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

4.1.3.3.2.1 Dados gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Realizar fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da união, de modo a

	garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Administrativa Responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Unidade Executora	SFA/RN
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	SEPDAG/DT/SFA/RN
Coordenador Nacional da Ação	Maria Auxiliadora D. de Souza
Coordenador Estadual da Ação	FFA João Batista de Morais Sobrinho

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

4.1.3.3.3 AÇÃO 2B17 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE REPASSE

4.1.3.3.3.1 Dados gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Realizar fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da união, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Unidade executora	SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	Mauro Vaz de Melo
Coordenador estadual da ação	FFA João Batista de Morais Sobrinho

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

4.1.3.3.3.2 Resultados

Através de seus Órgãos Específicos Singulares, o MAPA estabelece parcerias institucionais com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos para desenvolver as ações de interesse comum que visam o fortalecimento do agronegócio brasileiro. Neste caso específico, foi firmado em 2007 um repasse financeiro de aplicação direta em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, com o fim de realizar o Curso de “Manejo de Água e Solo nas Áreas em Processo de Desertificação”, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), no PI

ORGMANEJO. Além de quatro pedidos de Convênios, pelas Prefeituras de Equador, Jardim de Angicos e Vera Cruz, que ainda não foram concluídos.

Em relação às Emendas Parlamentares, no ano de 2007, foram disponibilizados R$ 6.336.525,00 (seis milhões, trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais) em recursos financeiros do Orçamento Geral da União, para celebração de 44 (quarenta e quatro) Contratos de Repasse - entre o Ministério da Agricultura e as 38 (trinta e oito) Prefeituras Municipais contempladas no Rio Grande do Norte, sob prestação de serviço pela Caixa Econômica Federal ao MAPA.

Deste total, R$ 5.264.025,00 (cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e vinte e cinco reais) foram destinados à AÇÃO 005A, com a finalidade de DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO e R$ 1.072.500,00 (um milhão, setenta e dois mil e quinhentos reais), destinados à AÇÃO 109D, para a MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA, conforme tabela a seguir.

TABELA 11 – Relação de Emendas Parlamentares para Agropecuária (Desenvolvimento do Setor Agropecuário e Mecanização Agrícola) destinadas aos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no Exercício de 2007.

EMENDA	BENEFICIÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FINALIDADE	VALOR MAPA (R$)	VALOR BENEFICIÁRIO (R$)
MP - 405	BODÓ	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	195.000,00	7.800,00
12550001	CAIÇARA DO NORTE	20.606.6003.005A.0438	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	48.750,00	1.710,11
MP - 405	CAICO	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	301.275,00	15.063,75
MP - 405	CAICO	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	4.875,00
12590001	CAMPO GRANDE	20.606.6003.005A.0680	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	107.250,00	5.362,50
MP - 405	CANGUARETAMA	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	5.500,00
12550001	CARAÚBAS	20.606.6003.005A.0438	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	126.750,00	6.337,50
MP - 405	CARAÚBAS	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	4.875,00
12620004	FELIPE GUERRA	20.606.6003.005A.0680	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	4.875,00
12590001	FELIPE GUERRA	20.606.6003.005A.0680	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	141.375,00	7.068,75
12590002	*FERNANDO PEDROZA*	*20.606.6003.109D.0844*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*97.500,00*	*4.875,00*
MP - 405	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	4.000,00
MP - 405	IELMO MARINHO	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	136.500,00	4.100,00

EMENDA	BENEFICIÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FINALIDADE	VALOR MAPA (R$)	VALOR BENEFICIÁRIO (R$)
MP - 405	IPUEIRA	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	5000,00
20330009	*JANDAÍRA*	*20.606.6003.109D.0582*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*117.000,00*	*4.000,00*
50100002	JANDAÍRA	20.606.6003.005A.0610	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	58.500,00	1.755,00
12550001	JANDUÍS	20.606.6003.005A.0438	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	156.000,00	4.680,00
MP - 405	JUCURUTU	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	292.500,00	14.625,00
MP - 405	LAGOA NOVA	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	292.500,00	11.700,00
MP - 405	LAGOA SALGADA	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	292.500,00	INDEFERIDO
20330009	*LAJES*	*20.606.6003.109D.0582*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*117.000,00*	*5.850,00*
20330009	*MESSIAS TARGINO*	*20.606.6003.109D.0582*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*126.750,00*	*6.337,50*
MP - 405	MOSSORÓ	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	292.500,00	30.000,00
MP - 405	OURO BRANCO	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	195.000,00	9.000,00
21230003	*PARAZINHO*	*20.606.6003.109D.0844*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*117.000,00*	*4.000,00*
21230003	*PAU DOS FERROS*	*20.606.6003.109D.0844*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*117.000,00*	*10.000,00*
MP - 405	PAU DOS FERROS	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	292.500,00	15.400,00
MP - 405	PEDRA GRANDE	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	141.375,00	4.300,00
MP - 405	PEDRO VELHO	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	136.500,00	4.100,00
21230003	*PILÕES*	*20.606.6003.109D.0844*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*97.500,00*	*3.500,00*
MP - 405	PUREZA	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	3.000,00
12620004	RAFAEL GODEIRO	20.606.6003.005A.0680	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	107.250,00	3.217,50

EMENDA	BENEFICIÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FINALIDADE	VALOR MAPA (R$)	VALOR BENEFICIÁRIO (R$)
MP - 405	RIACHO DA CRUZ	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	3.015,50
MP - 405	SANTANA DO MATOS	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	117.000,00	4.500,00
20330009	*SANTANA DO SERIDÓ*	*20.606.6003.109D.0582*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*126.750,00*	*8.550,00*
MP - 405	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	4.875,00
MP - 405	SÃO MIGUEL	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	131.625,00	4.075,00
MP - 405	SÃO VICENTE	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	4.500,00
21230003	*SENADOR GEORGINO AVELINO*	*20.606.6003.109D.0844*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*78.000,00*	*2.650,00*
MP - 405	SENADOR GEROGINO AVELINO	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.500,00	3.000,00
MP - 405	SERRINHA	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	136.500,00	4.095,00
12550001	SERRINHA DOS PINTOS	20.606.6003.005A.0438	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	156.000,00	5.000,00
12590001	TAIPU	20.606.6003.005A.0680	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	141.375,00	7.625,00
21230003	*TENENTE LAURENTINO CRUZ*	*20.606.6003.109D.0844*	*MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA*	*78.000,00*	*3.890,00*
MP - 405	VIÇOSA	20.606.6003.005A.0831	DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	195.000,00	11.000,00

Fonte: SEPDAG/DT/SFA/RN

* Tendo sido liberado o maior volume de emendas após o encerramento do Ano Financeiro, não foi possível promover fiscalização prévia em todos os municípios. No entanto, foram realizadas 11 (onze) fiscalizações, sob a forma de amostra, sendo oito delas em combinação com a fiscalização da Alimentação Animal (com recurso do PI FISCINAN) nos municípios de Campo Grande, Caraúbas, Fernando Pedroza, Lajes, Messias Targino, Pau dos Ferros, Pilões, e Serrinha dos Pintos e três, através de saldo do PI ORGMANEJO, nos municípios de Felipe Guerra, Janduís e Rafael Godeiro.

Conclusão

Conforme Treinamento de Análise, Formalização, Acompanhamento e Fiscalização de Parcerias Institucionais, ocorrido em julho de 2007, em Brasília, a Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse passou a ter maior ênfase no programa, de forma que a exigência sobre os parceiros tornou-se maior, em relação aos anos anteriores.

Atualmente, o proponente é obrigado a apresentar documentação mínima que é, então, analisada na Superintendência para aprovação, ou não, do projeto pleiteado. Esse novo formato de atuação da SFA está permitindo, sem dúvida, um acompanhamento muito mais profundo das propostas, de forma que os objetos inviáveis podem ser mais facilmente detectados e os possíveis erros prevenidos, o que torna o uso do recurso da União mais racional, mais técnico e mais seguro, dentro dos Princípios Básicos da Administração Pública.

Tais mudanças de procedimento, no entanto, não foram de conhecimento simultâneo de todas as partes – o treinamento não contou com a participação de representantes da Caixa Econômica Federal (agente operador) ou de instituições parceiras (beneficiários). Além disso, inúmeras emendas foram liberadas no final do ano financeiro, o que resultou em dificuldades na análise e fiscalização prévia dos projetos neste primeiro ano.

A necessidade das Prefeituras em alocar recursos federais para execução de projetos de fortalecimento da agropecuária brasileira, principalmente aquela baseada no trabalho familiar, é inquestionável. Mas, dentro de uma perspectiva de administração efetiva e eficaz, o envolvimento por parte das instituições beneficiadas é extremamente crítico, e deve ser feito através de um Planejamento Plurianual e de Gestão Estratégica dos Recursos, que leve em consideração a produção de alimentos seguros, pela adoção de tecnologias e ações sustentáveis e adequadas às limitações ambientais locais.

Isso, no entanto, não tem sido amplamente observado nas Prefeituras Municipais do Estado, até o momento, e, dessa forma, constitui forte entrave na concretização de projetos envolvidos com a sustentabilidade. Somando-se a isso, a falta de conhecimento da legislação pertinente por parte do proponente, o atraso na entrega da documentação exigida pela SFA e as dificuldades de comunicação com muitas das Prefeituras, complementam um quadro de dificuldades no trabalho e na impossibilidade de realização das atividades previstas no prazo estabelecido.

4.1.4 PROGRAMA 0371 – DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

4.1.4.1 Dados gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Elaborar estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura com vistas a habilitar o País a comercialização nacional e internacional de produtos oriundos desta atividade.
Gerente do Programa	Marcelo Andrade Mota
Gerente Executivo	Jamil Gomes de Souza
Indicadores Utilizados	Propriedades controladas
Público-Alvo (beneficiários)	Criadores de plantéis avícolas, usuários, importadores e exportadores envolvidos no comércio internacional de aves e seus produtos.

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.4.2 Principais Ações do Programa

- *Ação: 4809 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura.*

4.1.4.3 Gestão das Ações

4.1.4.3.1 Ação 4809 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura

4.1.4.3.1.1 - Dados gerais

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Reduzir a incidência de doenças na avicultura.
Descrição	Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA): registro de propriedades, controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves nos estados participantes do PNSA, vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da doença de *Newcastle* com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da OIE; e treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às doenças aviárias e ás atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro dos sistemas produtivos diferenciados e outros de interesse do PNSA.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e Departamento de Saúde Animal
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela ação no nível local	Ana Cristina de Souza Duarte

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.4.3.1.2. Resultados

Para se alcançar o que se estabelece como “propriedade controlada”, como produto da ação, diversas atividades foram desenvolvidas. Ressalta-se a participação efetiva do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA, responsável pelo PNSA, na execução conjunta com profissionais do órgão executor estadual, em todas as atividades, além da coordenação e supervisão.

Principais Atividades Desenvolvidas

Além, das atividades constantes na Tabela 12, tem-se como destaque, dentro das realizações no PNSA:

- Realização de reuniões técnicas com produtores avícolas e profissionais da área oficial de defesa sanitária animal, sobre a adesão ao Plano Nacional de Prevenção de Influenza Aviária e de Controle e Prevenção de doença de Newcastle.
- Realização de reunião técnica e treinamento prático com médicos veterinários do órgão executor estadual, sobre regras de trânsito de aves e produtos avícolas.
- Elaboração do Memorial Descritivo de sanidade avícola, como requisito para adesão ao Plano de Prevenção de Influenza Avícola.

Tabela 12 – Atividades executadas pela Ação 4809 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura no exercício de 2007

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Certificar estabelecimento avícola de controle permanente	Estabelecimentos avícolas de controle permanente certificados.	3
Monitorar estabelecimentos avícolas	Estabelecimentos registrados no MAPA, monitorados para micoplasmoses e salmoneloses.	3
Certificar núcleos avícolas para micoplasmoses e salmoneloses.	Núcleos avícolas certificados conforme estabelecido no PNSA.	5
Atualizar o cadastro georreferenciado de estabelecimentos avícolas.	Cadastros e georreferenciamentos atualizados.	100
Realizar vigilância na ocorrência de enfermidades avícolas	Notificações de ocorrência de suspeitas de doenças de Newcastle, atendidas.	01
Capacitação	Médicos veterinários do órgão executor estadual, treinados em doenças emergenciais de aves, e em fiscalização e controle sanitário avícola.	10
Fiscalizar e realizar controle sanitário em estabelecimentos avícolas de postura comercial e corte	Estabelecimentos avícolas de corte e postura, inspecionados e fiscalizados.	50
Realizar colheita de amostras de material de aves para monitoramento de Salmonelose e Micoplasmose	Amostras colhidas e fiscalizadas.	2500
Realizar vigilância para Influenza Aviária em áreas de invernadas de aves migratórias	Propriedades cadastradas com criações de aves de fundo de quintal em áreas limítrofes de 10 Km	2000
Realizar colheita de amostras nas aves de fundo de quintal cadastradas	Aves amostradas	200
Realizar atividades de educação sanitária.	Palestras, apresentações e reuniões realizadas, junto à comunidade local.	3
Fiscalizar e monitorar os estabelecimentos criatórios e incubatórios de ratitas	Estabelecimentos de ratitas inspecionados e fiscalizados.	4

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

- Acompanhamento e participação na auditoria técnica em sanidade avícola, realizada pelo Departamento de Saúde Animal, sobre o órgão executor estadual, para classificação, dentro do processo de regionalização da avicultura.
- Participação de reunião técnica sobre auditoria em sanidade avícola.

- Participação e apresentação das ações de educação sanitária na área avícola, durante a Reunião Nacional da Coordenação Nacional de Sanidade Avícola, em Maceió/AL.
- Continuação das ações de Educação sanitária para Influenza Aviária nos pontos de invernadas de aves migratórias, com a realização de palestras, distribuição de material educativo e de divulgação junto a autoridades municipais, escolas e comunidades locais; em Galinhos e Barra de Cunhaú/RN.
- Realização do trabalho de vigilância, para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, com colheita das amostras em aves de fundo de quintal, em Barra de Cunhaú/RN.
- Participação da Conferência Nacional em Pintos de Corte, em debate técnico sobre Influenza Aviária, em São Paulo/SP.

Tabela 13 - Metas e resultados alcançados pela *Ação 4809 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura no exercício de 2007.*

PREVISTOS		REALIZADOS	
FÍSICO	**FINANCEIRO**	**FÍSICO**	**FINANCEIRO**
Propriedade Controlada – 326	3390.14 – R$ 6.684,77 3390.30 – R$ 1.904,00 3390.33 – R$ 7.000,00 3390.36 – R$ 5.538,21 3390.39 – R$ 2.600,00	Propriedade Controlada 212	3390.14 – R$ 6.634,43 3390.30 – R$ 1.904,00 3390.33 – R$ 6.852,60 3390.36 – R$ 5.427,49 3390.39 – R$ 2.207,00

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Desempenho operacional

Tendo como base os seguintes indicadores de desempenho:

- Proteção e vigilância dos plantéis avícolas nacionais para enfermidades exóticas como a Influenza Aviária;
- Elevação da produção avícola de melhor qualidade;
- Controle das doenças avícolas que constituem risco de saúde pública;
- Maior condição de atendimento no controle de doenças avícolas;
- Maior conhecimento dos profissionais atuantes em vigilância e sanitária para doenças avícolas;
- Conhecimento da localização geográfica dos plantéis avícolas existentes; e.
- Conhecimento da situação sanitária dos plantéis, permitindo a verificação da incidência e ocorrência das doenças avícolas.

Correlacionando as atividades realizadas com os gastos efetuados para o alcance da situação desejada, em termos dos indicadores acima, tem-se como desempenho operacional da ação, um resultado satisfatório em termos de eficiência, eficácia e efetividade. Na análise comparativa em relação ao ano de 2006, tem-se a constatação da condição melhorada dos técnicos em atuarem de forma emergencial na verificação de ocorrência de doenças a campo, bem como na colheita de amostras e atividades de educação sanitária.

Em relação aos quantitativos realizados, somente com uma ampliação no quadro de médicos veterinários e auxiliares de campo, bem como de infraestrutura, como veículos, para barreiras móveis de fiscalização, poderá se ter um incremento efetivo. Não obstante, é conclusiva a positividade em termos de eficiência, uma vez que houve uma otimização dos recursos financeiros utilizados para ao custeio de todas as atividades realizadas.

Na questão efetividade, a maior comprovação do resultado, se caracterizou na boa avaliação por parte da auditoria técnica aplicada pelo Departamento de Saúde Animal, na qual se obteve nota ou conceito similar aos de estados vizinhos da região Nordeste, e outros como ES e RJ.

4.1.5. PROGRAMA 0359 – DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

4.1.5.1 Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovideocultura.
Gerente do Programa	Alberto Gomes da Silva Júnior
Gerente Executivo	Jamil Gomes de Souza
Indicadores Utilizados	Propriedades controladas
Público-Alvo (beneficiários)	Todo setor envolvido na cadeia de atividades agropecuária

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.5.2. Principais Ações do Programa

- *Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)*
- *Ação: 4766 – Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose*
- *Ação: 4842 - Erradicação da Febre aftosa*

4.1.5.3. Gestão das ações

4.1.5.3.1 Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)

4.1.5.3.1.1 Dados gerais da ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Controle da raiva dos herbívoros e a prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), enfermidade exótica no Brasil, com altíssimo potencial de restrição ao comércio internacional de produtos de origem animal.
Descrição	Definição de campanhas de vacinação de bovídeos e eqüídeos, combate aos morcegos hematófagos e a outros transmissores eventualmente identificados nos focos de Raiva, educação sanitária em comunidades, análise laboratorial de indivíduos transmissores, verificação de coeficientes de mordeduras e da dinâmica das populações, controle e fiscalização de importações e de ingressos no país de possíveis fontes de infecção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, inspeção e fiscalização de plantas e processos de produção de ração para animais, exames clínicos e epidemiológicos, análise laboratorial de material encefálico, interdição de propriedade e declaração de quarentena, sacrifício e incineração de animais, análise de processos de indenização, limpeza e desinfecção das áreas focos, redistribuição dos laboratórios de histopatologia e

	imunohistoquímica, capacitação de médicos veterinários e demais agentes para a identificação de animais com sinais clínicos nervosos e sus diferenciação e a elaboração de instrumentos normativos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e Departamento de Saúde Animal
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo
Responsável pela ação em nível local	Raimundo de Souza Reis

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.5.3.1.2. Resultados

Para se alcançar o que se estabelece como "**propriedade controlada"**, como produto da ação, diversas atividades foram desenvolvidas, tanto na execução direta, em conjunto com o órgão executor estadual, como também na coordenação, por parte do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA.

Tabela 14 - Principais Atividades Desenvolvidas

ATIVIDADES	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Capacitar profissionais de nível médio do órgão executor estadual para colheita de material para diagnóstico de Encefalopatia Espongiforme Bovina.	Profissionais capacitados	09
Realizar o controle da utilização da proteína animal em propriedade de gado de corte e leite que utilizam arraçoamento.	Propriedades amostradas	20
Supervisionar atividades inerentes ao Programa Nacional de Controle da Raiva os Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH, desenvolvidas pelo órgão executor estadual.	Supervisões realizadas/semestre.	2
Realizar monitoramento de 100 % das propriedades com animais importados de países de risco para BSE.	Monitoramentos realizados.	3
Realizar rastreabilidade dos animais importados incluídos no SISBOV	Animais monitorados	4
Fiscalizar Propriedades Rurais, com finalidade leiteira.	Propriedades rurais com finalidade leiteira, fiscalizadas.	20
Analisar os informes mensais de Raiva	Informes mensais elaborados pelo órgão executor estadual, analisados e encaminhados ao DSA/SDA.	12

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Tabela 15 - Metas e Resultados Alcançados

PREVISTOS		REALIZADOS	
FÍSICO	**FINANCEIRO**	**FÍSICO**	**FINANCEIRO**
Propriedade Controlada – 154	3390.14 – R$ 1.966,05 3390.30 – R$ 280,00 3390.33 – R$ 1.900,00 3390.36 – R$ 463,86	Propriedade Controlada 41	3390.14 – R$ 1.395,63 3390.30 – R$ 0,00 3390.33 – R$ 0,00 3390.36 – R$ 257,70

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Desempenho Operacional

Tendo como indicador de efetividade a taxa de incidência e ocorrência da raiva e outras encefalopatias dos Herbívoros, pode-se concluir por um resultado satisfatório, uma vez que com os recursos financeiros utilizados na realização das atividades de fiscalização e de supervisão nos trabalhos dos técnicos do órgão executor estadual, que se constituiu em atendimento à ocorrência dos casos de encefalopatias dos ruminantes com colheita de material para diagnóstico laboratorial e adoção de medidas epidemiológicas de prevenção e controle.

4.1.5.3.2 Ação 4766 – Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose

4.1.5.3.2.1 Dados Gerais da Ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Controlar e Erradicar a Tuberculose e a Brucelose
Descrição	Definição de campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose, certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose, credenciamento e capacitação de médicos veterinários e laboratórios, padronização de métodos e fiscalização da infraestrutura laboratorial de diagnose das zoonoses, conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção, implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	DSA e/ou SDA
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e DSA
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela ação no nível local	Eleu de Oliveira Pereira

4.1.5.3.2.2.Resultados

Para se alcançar o que se estabelece como "**propriedade controlada"**, como produto da ação, diversas atividades foram desenvolvidas, tanto na execução direta, em conjunto com o órgão executor estadual, como também na coordenação, por parte do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA.

Tabela 16** - **Principais Atividades Desenvolvidas

PROCESSOS	METAS	REALIZADO
Habilitar médico veterinário ao PNCEBT	Processos de habilitação realizados.	06
Auditar a execução das ações delegadas	Auditorias anuais em cada unidade de atenção veterinária do órgão estadual executor.	01
Supervisionar e realizar acompanhamento dos médicos veterinários habilitados ao PNCEBT	Médicos veterinários habilitados ao PNCEBT, supervisionados e fiscalizados.	48
Desenvolver processo de certificação propriedades livres e monitoradas para Brucelose e Tuberculose	Propriedades livres e monitoradas p/ Brucelose e Tuberculose.	01
Realizar vistoria em infra-estrutura e materiais de diagnóstico e campo no processo de habilitação dos médicos veterinários	Vistorias realizadas.	07
Distribuir e controlar os antígenos de Brucelose e Tuberculinas para médicos veterinários habilitados	Doses de antígenos e tuberculinas distribuídos a médicos veterinários habilitados.	99.500
Realizar análise técnica dos relatórios apresentados pelos médicos veterinários habilitados	Relatórios elaborados e apresentados pelos médicos veterinários habilitados	576

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Tabela 17 - Metas e Resultados Alcançados

Previstos		Realizados	
Físico	**Financeiro**	**Físico**	**Financeiro**
Propriedade Controlada – 10	3390.14 – R$ 2.397,28 3390.30 – R$ 710,00 3390.33 – R$ 6.000,00 3390.36 – R$ 347,03 3390.39 – R$ 300,00	Propriedade Controlada 8	3390.14 – R$ 2.320,55 3390.30 – R$ 542,71 3390.33 – R$ 5.542,96 3390.36 – R$ 347,03 3390.39 – R$ 180,00

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Desempenho Operacional

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT iniciou suas atividades no estado do Rio Grande do Norte, em 2005. Em 2007 foram examinados 1412 rebanhos com 13.950 animais testados, resultando em 1006 animais reagentes positivos para brucelose,

perfazendo 7,4%. No ano de 2007, foram examinados 6499 rebanhos com 41.616 animais testados, sendo que 970 animais, ou 2,33% apresentaram resultados reagentes positivos para brucelose.

Ao analisarmos os dados acima constatamos que houve um significativo aumento do número de rebanhos e de animais examinados, enquanto que o número de animais reagentes positivos diminuiu consideravelmente.

As principais ações desenvolvidas pelo PNCEBT, no Rio Grande do Norte em 2007 foram:

- Habilitações de médicos veterinários autônomos para atuarem no PNCEBT;
- Controle da distribuição de antígenos e tuberculinas para os médicos veterinários do setor privado;
- Fiscalização dos médicos veterinários habilitados
- Implementação da vacinação de bezerros contra brucelose, em parceria com o órgão oficial de defesa estadual;
- Realização da 1ª reunião do PNCEBT-RN, com a participação do Coordenador Nacional e de dois membros do Comitê Cientifico do Programa;

Ainda em 2007, foram desenvolvidas atividades para controle da Brucelose em 10 (dez) propriedades, resultando o saneamento de uma, objetivando a certificação de livre de brucelose e tuberculose, nas demais foram realizados diagnósticos complementares em laboratório oficial.

O Programa no RN conta com 47 médicos veterinários habilitados no setor privado e 17 médicos veterinários treinados para o desenvolvimento de suas ações no serviço oficial estadual.

Considerando os seguintes indicadores de efetividade:

- Índice de prevalência e taxa de incidência da Brucelose e Tuberculose;
- Diminuição dos índices de abortos em rebanhos bovinos e bubalinos, aumentando a produção e produtividade dos rebanhos;
- Maior divulgação e esclarecimento da população sobre o risco de contágio destas zoonoses;
- Baixar a prevalência e a incidência de novos focos de Brucelose e Tuberculose bovina e bubalina;
- Aumento da garantia de qualidade de exames e procedimentos, com o processo de habilitação dos médicos veterinários atuantes; e
- Implementação do sistema de propriedades certificadas como livres ou monitoradas para Brucelose e Tuberculose, diminuindo os riscos de ocorrência destas zoonoses.

Correlacionando as atividades realizadas com os recursos financeiros utilizados tem-se um resultado satisfatório em termos de eficiência e eficácia, uma vez que foi possível otimizar as atividades já implantadas.

Somente, na questão da efetividade é que não se alcançou a meta pretendida, em atividades de sacrifício/abate de animais positivos e saneamentos das propriedades focos, devido ao reduzido número de profissionais médicos veterinários do órgão executor estadual.

4.1.5.3.3 Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

4.1.5.3.3.1 Dados Gerais da Ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença nos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.

Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias, elaboração de normas sanitárias, educação sanitária, cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e seus produtos e subprodutos, rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e eficácia das vacinas produzidas, realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas, fiscalização sanitária e epidemiológica e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	Departamento de Saúde Animal e/ou Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e Departamento de Saúde Animal
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Responsável pela ação no nível local	Eleu de Oliveira Pereira

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.5.3.3.2 Resultados

Para se alcançar o que se estabelece como "**área controlada"**, como produto da ação, diversas atividades foram desenvolvidas, tanto na execução direta, em conjunto com o órgão executor estadual, como também na coordenação, por parte do Fiscal Federal Agropecuário, lotado no SEDESA. Nesta ação, a execução de maior parte das atividades constantes da descrição, é de competência e responsabilidade do órgão executor estadual, utilizando recursos financeiros próprios e de convênios com o MAPA.

Tabela 18 - Principais Atividades Desenvolvidas

ATIVIDADES	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Realizar auditorias sobre as ações delegadas	Auditorias realizadas em cada unidade local de saúde animal e barreira sanitária do órgão estadual executor estadual/ano.	18
Coordenar e realizar supervisões na execução das metas do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.	Percentagem de atividades realizadas fiscalizadas.	100%
Avaliar o desempenho das ações delegadas	Reuniões de avaliação, realizadas com o órgão estadual executor estadual.	4
Acompanhar as auditorias realizadas pela gerência nacional do PNEFA	Auditorias realizadas acompanhadas.	1
Analisar os informes de ocorrência de Doenças Vesiculares e enviar ao DSA/ SDA	Número de informes semanais analisados e encaminhados ao DSA	52

Tabela 19 - Metas e Resultados Alcançados

PREVISTOS		REALIZADOS	
FÍSICO	**FINANCEIRO**	**FÍSICO**	**FINANCEIRO**
Propriedade Controlada	3390.14 – R$ 1.362,44 3390.30 – R$ 500,00 3390.33 – R$ 2.700,00	Propriedade Controlada	3390.14 – R$ 1.282,25 3390.30 – R$ 0,00 3390.33 – R$ 0,00

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Obs: No caso da ação Erradicação da Febre Aftosa, a tela do SIPLAN não é disponibilizada para o Fiscal Federal Agropecuário, responsável pela coordenação das atividades do PNEFA, em nível do SEDESA, para que se possa visualizar o programado e bem como, lançar os dados do indicador utilizado, que é "propriedade controlada".

Desempenho Operacional

Considerando indicadores de efetividade como:

- Maior desempenho do órgão executor estadual, principalmente quanto à: atendimento imediato às notificações de ocorrência de suspeita de doença vesicular a campo, conhecimento técnico científico por parte dos médicos veterinários e auxiliar, sobre as regras e legislações do PNEFA; investigação epidemiológica e cadastramento georeferenciado dos pontos de risco; de fiscalizações a estabelecimentos de processamento e manipulação de produtos de origem animal; como abatedouros e entrepostos de laticínios; da fiscalização e controle sanitário nos eventos agropecuários, inclusive as feiras locais de comercialização de animais; atendimento ao fluxograma das informações epidemiológicas semanais e mensais, condição de funcionamento das unidades locais de saúde animal e vegetal e postos fixos de fiscalização; de atualização cadastral e evolução dos rebanhos de bovinos e bubalinos, principalmente, fiscalização e coordenação das ações durante as campanhas de vacinação; ações de educação sanitária junto aos criadores e comunidades.
- Aumento do percentual de vacinação contra Febre Aftosa; e
- Evolução do sistema de atenção veterinária estadual.

E correlacionando as atividades de fiscalização e de supervisão ao órgão executor estadual, desenvolvidas pelos Fiscais Federais Agropecuários, do SEDESA, com os recursos financeiros utilizados, tem-se um resultado satisfatório em termos de eficiência e eficácia. Quanto à efetividade, em decorrência do acúmulo de atividades na coordenação, em nível local de outros programas sanitários, fica aquém do programado.

4.1.6 PROGRAMA 0354 – DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA

4.1.6.1. Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Elevar a produtividade das principais frutícolas produzidas no estado com diminuição dos custos de produção por meio da prevenção e controle das principais pragas.
Gerente do Programa	Márcio Antônio Portocarrero
Gerente Executivo	Luiz Carlos Bhering Nasser
Indicadores e parâmetro utilizados	Quantidade exportada de frutas frescas

Público Alvo	Produtores, processadores, exportadores de frutícolas

4.1.6.2. Principais Ações do Programa.

- *Ação 4742.0000 - Prevenção e Controle da Sigatoka Negra*
- *Ação 4800.0000 - Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura*

4.1.6.3. Gestão das Ações

O Rio Grande do Norte, já desponta como um dos maiores exportadores de banana do país, chegando ao total semanal de 150 *containers*. Até o presente está imune ao ataque da *Sigatoka Negra*, praga que, se não controlada, reduz sensivelmente a produtividade com elevação dos custos de produção.

Para evitar a sua ocorrência nas áreas produtoras há demanda de ações de controle do trânsito vegetal e levantamento de detecção, para, em tempo hábil, implementar as medidas de controle. No que se refere a outras frutícolas, como manga e mamão, duas culturas destinadas à exportação, as ações são voltadas para dar cumprimento a acordos firmados com o Departamento de Agricultura dos EUA onde essas *comodities* recebem melhores preços. Portanto, há um acompanhamento dos cultivos desde sua implantação até o carregamento do *container*.

4.1.6.3.1 Ação 4742.0000 – Prevenção da *Sigatoka Negra*

4.1.6.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade:	Elevar a produtividade e diminuir custos da produção de banana por meio de prevenção e do controle da disseminação da *Sigatoka Negra.*
Descrição	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas e Portarias) e celebração de acordos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas:	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA.
Unidade Executora	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA.
Responsável pelo Gerenciamento ou Execução	Coordenação Geral de Proteção de Plantas – CGPP/DSV/SDA/MAPA.
Coordenador nacional da Ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela ação no nível local	Francisco Neuton Lima.

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.6.3.1.2. Resultados

Para o alcance da meta estipulada no PPA - **área controlada** - diversas atividades foram desenvolvidas para que se chegasse ao alcance delas. Dentre elas a maioria requer o deslocamento dos agentes executores até os plantios, uma vez que os mesmos estão localizados no principal pólo produtor dos estado que é o Vale do Açu, o que justificam os gastos com deslocamento e material de consumo (combustível).

Tabela 20 - Atividades realizadas

ATIVIDADES	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Supervisão em Barreiras Fitossanitárias – Trânsito	Supervisão	06
Supervisão e acompanhamento do levantamento de detecção de *Sigatoka Negra*	Supervisão	24
Coleta de Amostras para analise laboratorial	Amostra	15

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

A execução das atividades dentro da ação foi de grande importância para bananicultura do estado, pois através delas, o estado é reconhecido como Área Livre de *Sigatoka Negra*, podendo seus produtos transitar e serem comercializados em qualquer unidade da federação, servindo também como um grande referencial para as exportações.

Tabela 21 - Metas e resultados alcançados

PREVISTOS		REALIZADOS	
FÍSICO	**FINANCEIRO**	**FÍSICO**	**FINANCEIRO**
Área Controlada – 5.000h	3390.14 R$4.638,82 3390.30 R$ 900,00 3390.33 R$1.528,24 3390.39 R$ 600,00	Área Controlada 5.000h	3390.14 R$ 1.008,50 3390.30 R$ 0,00 3390.33 R$ 1.508,24 3390.39 R$ 0,00

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.6.3.2 Ação 4804000 – Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura.

4.1.6.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal da fruticultura
Descrição:	Levantamento Fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas e Portarias), celebração de acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA
Unidade executora	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Proteção de Plantas – CGPP/DSV/SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Jose Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela ação no nível local	Francisco Neuton Lima

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.6.3.2.2. Resultados

A ação está relacionada com a manutenção do estado fitossanitário das frutícolas destinadas à exportação, no caso mamão e manga, de modo a atender as exigências fitossanitárias dos países com os quais o Brasil tem acordos bilaterais. Para o cumprimento dos acordos, as culturas têm de ter um constante acompanhamento fitossanitário, podendo assim, serem certificadas com garantia de não serem portadoras de pragas quarentenárias para aqueles países. Das 210 certificações fitossanitárias emitidas na origem, nenhuma sofreu rechaço ou foi destruída por má qualidade sanitária.

Isto implica dizer que, o constante acompanhamento "in loco" das culturas tem significado um maior grau de confiabilidade dos importadores com relação aos aspectos fitossanitários, conseqüentemente há a possibilidade de aumento do volume das exportações.

Tabela 22 - Atividades realizadas

ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADO
Inspeção fitossanitária em plantios frutícolas	Inspeção	75
Supervisão de monitoramento de môsca-das-frutas	Acompanhamento Supervisionado	211
Fiscalização do tratamento hidrotérmico	Fiscalização	719
Coleta de frutos para determinação do estágio de maturação	Fruto	3.200
Análise de frutos para detecção de pragas (exportação)	Fruto	27.673
Reunião com produtores	Reunião	02
Participação em reunião nacional	FFA	02
Participação como palestrante em Curso de Certificação Fitossanitária de Origem – CFO	Palestra	04
Certificação na Origem	Certificação	192

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Tabela 23 - Resultados da Ação

PREVISTO		REALIZADO	
FÍSICO	**FINANCEIRO**	**FÍSICO**	**FINANCEIRO**
Área controlada – 940ha	3390.14 R$ 10.427,69 3390.30 R$ 10.000,00 3390.33 R$ 2.000,00 3390.36 R$ 1.500,00 3390.52 R$ 17.100,00	Área controlada – 940ha	3390.14 R$ 8.651,02 3390.30 R$ 8.950,00 3390.33 R$ 1.836,64 3390.36 R$ 987,28 3390.52 R$17.100,00

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Com relação aos recursos financeiros no elemento 3390.36, foram utilizados no início do ano, para fins de inspeções fitossanitárias nas culturas de exportação, utilizando-se os Engenheiros Agrônomos do órgão executor estadual de defesa agropecuária, no caso IDIARN, já que na ocasião a lotação dos Engenheiros Agrônomos FFA's do SEDESA, eram de apenas 02. Os recursos no elemento 3390.52 se destinaram a aquisição de equipamento como *notebook*, microcomputadores, *GPS*, câmera fotográfica digital etc, equipamentos indispensáveis na realização das fiscalizações.

4.1.7 PROGRAMA 0369 - DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

4.1.7.1 - Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura e na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.
Gerente do programa	Márcio Antonio Portocarrero
Gerente Executivo	Maria Mazzaretto Fonseca Boquad
Indicadores ou parâmetros utilizados	Quantidade Exportada de Frutos Frescos
Publico Alvo	Olericultores, processadores, comerciantes, exportadores.

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.7.2 Principais Ações do Programa

- *Ação 4806.0001-RN – Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura Nacional.*

O Rio Grande do Norte é o único estado da federação que possui uma "Área Livre de *Anastrepha grandis*" (mosca das cucurbitáceas), reconhecida pelo SDA/MAPA, APHIS/USDA (EUA) e SENASA (Argentina). Com este reconhecimento, se permiti exportar para aqueles países, cucurbitáceas, tais como melão, melancia e abóbora, sem qualquer restrição fitossanitária.

A área livre abrange 13 municípios localizados no Vale do Açu e região de Mossoró. Manter o status de Área Livre de *Anastrepha grandis,* é o principal objetivo do SEDESA/RN, e esta manutenção é de grande importância para o produtor/exportador, uma vez que é referencial no momento da comercialização e exportação. Essa condição é mantida através de levantamentos fitossanitários, exames de frutos e monitoramento da *Anastrepha grandis,* por meio do armadilhamento na área.

4.1.7.3 Gestão das Ações

4.1.7.3.1 Ação 4806.0001-RN – Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura Nacional.

4.1.7.3.1.1. Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a Sanidade na Horticultura
Descrição:	Levantamento fitossanitário de delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas e Portarias), celebração de acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária SDA/MAPA.

Unidade executora	Departamento de Sanidade Vegetal DSV/SDA/MAPA.
Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Proteção de Plantas CGPP/DSV/SDA/MAPA.
Coordenador Nacional da Ação	Jose Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela ação no nível local	Francisco Neuton Lima

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.7.3.1.2. Resultados

O produto estabelecido para a ação, em nível de Rio Grande do Norte, é "Área Controlada". Então todas as atividades do serviço são voltadas para a área livre com o objetivo de manter esse status, isto significa trabalhar dentro do que é plantado anualmente na área livre. Para obtenção do produto, diversas atividades são desenvolvidas e dentre elas, ressaltamos:

Tabela 24 - Atividades realizadas dentro da ação

ATIVIDADE	UNIDADE PRODUTIVA	REALIZADA
Fiscalização de Unidade Produtiva – UP's	Fiscalização	103
Fiscalização do Monitoramento da Môsca-das-Frutas	Armadilha/fiscalizada	211
Inserção de Alvos para determinação de qualidade do monitoramento	Alvo Inserido	38
Supervisão em Barreiras Fitossanitárias	Supervisão	04
Reunião com produtores	Reunião	02
Participação em reunião nacional	Reunião	02
Participação em reunião regional	Reunião	02
Certificação na Origem	Certificação	18

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Tabela 25 - Resultado da Ação

PREVISTO		REALIZADO	
FÍSICO	**FINANCEIRO**	**FÍSICO**	**FINANCEIRO**
Área Controlada – 6.000h	3390.14 R$ 8.977,50 3390.30 R$ 4.200,00	Área Controlada – 6.000h	3390.14 R$ 2.528,40 3390.30 R$ 3.151,00

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Os gastos estão compatíveis com a realização das atividades, pois são desenvolvidas na área livre, que está localizada no baixo Açu e região de Mossoró, necessitando, portanto, de recurso para pagamento de diárias e despesas com combustível.

Houve um decréscimo em relação ao ano passado no número de certificações, fato que independe do serviço, pois a redução se deveu, segundo os exportadores, à queda do Dólar em relação ao Real. Contudo observamos que o custo para certificar um container não é diferente do que é gasto para certificação de um número maior, já que de qualquer maneira há despesas com deslocamento.

Parecer Final

Em uma análise do desempenho operacional do Serviço, como um todo, tomando por base, o desenvolvido e realizado por parte dos Fiscais Federais Agropecuários, com o apoio dos funcionários administrativos de nível médio, tem-se uma avaliação positiva de resultados crescentes.

Todavia, vale ressaltar que na área animal, a situação de sobrecarga e acúmulo das atividades de dois ou três programas para cada Fiscal, causa um desgaste e compromete a efetividade, uma vez que, devido à deficiência de pessoal no sistema de atenção veterinária do órgão executor estadual, os referidos profissionais também atuam na execução, além da coordenação das ações; e assim, na ausência de um destes profissionais por problemas de saúde e/ou outros que resultem na necessidade de afastamento, as ações sofrerão interrupção, pois os outros que já estão assoberbados, não poderão suprir.

Tabela 26 – Força de Trabalho do Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária – SEDESA/DT/RN

ESPECIFICAÇÃO	Nº EXISTENTE ATE JUNHO/07	Nº EXISTENTE ATE DEZ/07
Engenheiro Agrônomo FFA	02	05
Médico Veterinário FFA	04	04
Apoio Nível Médio	02	02
Apoio Terceirizado e outros órgãos	02	02

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

Comentários

Como se observa no quadro, a área vegetal ate junho/07 contava somente com 02 FFA's para execução de todas as atividades a ela pertinentes. Com a realização do concurso, 02 FFA's Engenheiros Agrônomos, foram lotados no serviço e tiveram que ser habilitados dentro dos programas de sanidade vegetal.

Em dezembro/2007 houve uma remoção de um FFA, Engenheiro Agrônomo da SFA/RS o que deu um reforço no setor vegetal. No que se refere ao setor animal, o numero de FFA's é insuficiente para a execução das atividades preconizadas em todos os programas de defesa e vigilância sanitária animal, na competência do SEDESA/RN.

4.1.8. PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

4.1.8.1. Dados gerais do Programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatas ofertados aos usuários.
Gerente do programa	Secretário de Defesa Agropecuária, Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Ângela Pimenta Peres
Indicadores ou parâmetros utilizados	Estabelecimentos Inspecionados Produtos Tipificados Fiscalizações Realizadas Estabelecimentos Qualificados

Público-alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor final.

Fonte: SEDESA/DT/SFA/RN

4.1.8.2. Principais Ações do Programa

- *Ação 2145 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Sub-Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL 2*
- *Ação 2120 – Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal – CONTROPOA*
- *Ação 4780 – Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem*
- *Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos se Origem Vegetal – INSPVEGETAL.*
- *Ação 4746 – Padronização e Classificação da Qualidade Vegetal.- PADCLASSIF*

4.1.8.3. Gestão das ações

Com o advento do Decreto nº 5.351 de 21 de janeiro de 2005, que homologou a reestruturação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento coube no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, através da Portaria Ministerial nº 300, de 16 de junho de 2005 a competência ao Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG, aglutinar as atividades ou sejam, os processos das Áreas da Inspeção Animal, Inspeção de Bebidas e da Classificação Vegetal.

Com esta sobrecarga de atividades, aumentou de maneira considerável as demandas de Inspeções, Supervisões e Vistorias nos estabelecimentos já registrados e/ou relacionados e conseqüentemente as lavraturas de Autos de Infração, Autos de Apreensão, Termos de Constatação, Coletas de Amostras com remessas ao Laboratório da nossa rede que se localiza em Recife/Pe, Julgamento de Processos, Autos de Multa, registros de Estabelecimentos, Cancelamentos de Registros e análises de Rótulos.

No presente Relatório de Gestão, faremos em separado as análises referentes às Ações das Áreas de Inspeção Animal, Inspeção de Bebidas e Classificação Vegetal, haja vista que pertencem a um mesmo Programa: 0356, porém as Ações são independentes.

4.1.8.3.1. Ação 2145- Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Sub-Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL 2

4.1.8.3.1.1. Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e sub-produtos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem produtos, manipulam e beneficiam matéria prima de origem animal, envolvendo a inspeção *anti-mortem* e *post-mortem* dos animais de consumo humano, a inspeção de produtos industrializados, sub-produtos e derivados de um modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos, das áreas de pescado, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Unidades executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários -SIPAG/DT/SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Setor de Inspeção da Área Animal do SIPAG/DT/SFA/RN
Coordenador nacional da ação	Marcius Ribeiro de Freitas – Coordenador Geral de Inspeção - CGI/DIPOA/MAPA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Geraldo Marcelino Carneiro Pereira do Rego-Chefe do SIPAG/DT/SFA/RN

Fonte: SIPAG/DT/SAF/RN

4.1.8.3.1.2 Resultados da ação

Tabela 27 – Demonstrativo orçamentário/financeiro PI INSPANIMAL- 2

NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMADO (R$)	ALOCADO (R$)	APLICADO	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	-	11.752,90	9.623,34	81,81
33.90.30	-	1.658,14	1.658,14	100,00
33.90.33	-	1.147,74	1.147,74	100,00
33.90.39	-	1.000,00	750,00	75,00
33.90.52	-	5.406,00	5.406,00	100,00
Total	**-**	**20.964,78**	**18.585,22**	**92,48**

Fonte: SEOF/SAD/SFA – RN

4.1.8.3.2. Ação 2120 - Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal - CONTROPOA.

4.1.8.3.2.1 Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados animais e quebrar as barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados externo e interno.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos de origem animal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - e seus pré-requisitos (boas práticas e princípios padrões de higiene operacional - BP's e PPHO) e da rastreabilidade nos processos produção, beneficiamento e armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo;

	capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT's e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Unidades Executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários - SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, na Superintendência Federal de Agricultura no RN.
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral de Programas Especiais, Marcius Ribeiro de Freitas-CGI/DIPOA
Responsável pela execução da ação no nível local	Geraldo Marcelino Carneiro Pereira do Rêgo

Fonte: SIPAG/DT/SAF/RN

4.1.8.3.2.2 Resultados da ação

Tabela 28 - Demonstrativo orçamentário/financeiro PI – CONTROPOA

NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMADO (R$)	ALOCADO (R$)	APLICADO	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14	-	8.463,04	8.463,04	100
33.90.30	-	3.130,00	3.130,00	100
33.90.39	-	655,50	655,50	100
Total	**-**	**12.248,54**	**12.248,54**	**100**

Fonte: SEOF/SAD/SFA – RN

4.1.8.3.3. - Ação 4780 - Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária - FISCFRAUDE

4.1.8.3.3.1. Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Combater a Falsificação de produtos de origem animal e vegetal e a fraude de ordem econômica.
Descrição	Fiscalização do produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal -DIPOA
Unidades Executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG´s) e DIPOA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, nas Superintendências Federais de Agricultura.

Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral de Inspeção – Marcius Ribeiro de Freitas – CGI - DIPOA
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação – Geraldo Marcelino Carneiro Pereira do Rêgo

Fonte: SIPAG/DT/SAF/RN

4.1.8.3.3.2 Resultados da ação

Tabela 29 - Demonstrativo orçamentário/financeiro PI – FISCFRAUDE

NATUREZA DA DESPESA	PROGRAMADO (R$)	ALOCADO (R$)	APLICADO	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
33.90.14		10.929,46	9.917,90	90,74
33.90.30		1.463,97	1.229,97	84,01
33.90.33		5.089,00	5.047,28	99,10
33.90.36		175,24	175,24	100,00
33.90.39		200,00	200,00	100,00
Total		**17.857,67**	**16370,39**	**91,67**

Fonte: SEOF/SAD/SFA – RN

Analisando os PI FISCFRAUDE/INSPANIMAL-2 e CONTROPOA, o percentual aplicado nas Atividades da Inspeção de Produtos de Origem Animal, em relação aos recursos descentralizados no exercício, foram em torno de 91,67%, 100% e 92,48% respectivamente.

4.1.8.5 Desempenho Operacional

Em relação à previsão de metas físicas dos Planos Internos do DIPOA programada para 2007, o Projeto Atividade de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Sub-produtos de Origem Animal, contou com a participação de 22 Estabelecimentos Inspecionados, dentre os quais os do Mercado Internacional, obtendo o desempenho superior a 90 da meta programada.

Tabela 30 – Metas Programadas e Realizadas nas Ações INSPANIMAL2 /CONTROPOA/FISCFRAUDE no Exercício de 2007 na SFA/RN

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO		
			Meta Estadual	Realizado	%
2145 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos e Subprodutos de Origem Animal.	FISCFRAUDE/ CONTROPOA/ INSPANIMAL-2	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	22	22	100

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO		
			Meta	Realizado	%
01. Inspeção de Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal.	INSPANIMAL-2/ FISCFRAUDE/ CONTROPOA	Estabelecimento Inspecionado (Unid.)	86	86	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1 Supervisão em estabelecimentos de carnes e ovos.	04	Unid.
1.2 Supervisão em estabelecimento de leite e derivados.	18	Unid.
1.3 Supervisão em estabelecimento de pescado e derivado	18	Unid.
1.4 Supervisão em fazendas de Cultivo de Camarão	2	Unid.
1.5 Supervisão em estabelecimento de mel e produtos apícolas.	1	Unid.
1.6 Inspeção de barcos fábricas.	20	Unid.
1.7 Inspeção de leite de consumo.	24.062.302	l
1.8 Inspeção de carnes e derivados.	3.683.503	Kg
1.9 Inspeção de leite e derivados.	7.980.909	Kg
1.10 Inspeção de pescado e derivados.	14.020.374,56	Kg
1.11 Análise laboratorial de leite e derivados.	125	Unid.
1.12 Análise laboratorial de pescado e derivados.	344	Unid.
1.13 Análise laboratorial de mel e produtos apícolas.	03	Unid.
1.14 Análise de água.	04	Unid.
1.15 Fiscalização no comércio varejista e casa atacadista.	30	Unid.
1.16 Acompanhamento de missões e auditorias.	15	Unid.
1.17 Capacitação de técnicos.	5	Unid.
1.18 Auto de infração.	14	Unid.
1.19 Auto de multa.		Unid.
1.20 Termo de advertência.	10	Unid.
1.21 Apreensão de produtos.	Ovos e produtos lácteos	Unid. kg

PROCESSO	PI	PRODUTO	FÍSICO		
			META	REALIZADO	%
02. Registro de Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal.	FISCFRAUDE/ CONTROPOA/ INSPANIMAL-2	Registro de Estabelecimento (Unid.)	0	2	100

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
2.1 Vistoria de terrenos.	14	Unid.
2.2 Emissão de laudo de vistoria de terrenos.	14	Unid.
2.3 Emissão de título de registro de estabelecimento relacionado.	25	Unid.

PROCESSO	**PI**	**PRODUTO**	**FÍSICO**		
			META	**REALIZADO**	**%**
03. Registro Rótulos e Produtos de Origem Animal.	FISCFRAUDE	Registro de Produto (Unid.)	-	198	100
ATIVIDADE	**QUANTIDADE**		**UNIDADE**		
3.1 Análise de documentos p/ emissão de parecer técnico.	198		Unid.		
3.2 Análise de rótulos.	203		Unid.		
3.3 Emissão de certificados.	658		Unid.		

Fonte: SIPAG/DT/SFA – RN

Comentários finais

É importante frisar que os Setores de Carne, Ovos, Leite, Mel e de Pescado conta com um reduzidíssimo número de 07(sete) Fiscais Federais Agropecuários e 07(sete) Agentes de Inspeção para atender a demanda sempre crescente do Parque industrial destes Setores.

Carnes

Na parte de Carne o desempenho desta atividade tem sido muito parecido com o dos s últimos 03(três) anos ou seja: 1 (um) Matadouro-Frigorífico Industrial, localizado no município de Parnamirim/RN e um(01) Entreposto de Carne e Derivados. Os abates diminuíram em função da oferta de carnes frigorificadas procedentes das regiões oeste e do norte do país, por um preço inferior ao do nosso Estado, além da qualidade superior. O nosso gado, além da média de abate de 08 a 10 anos, tem um rendimento de carcaça bem inferior ao do gado dos estados do Pará e Goiás, por exemplo; as principais redes de supermercados preferem adquirir as carnes frigorificadas e, muitas vezes, já empacotadas e em cortes selecionados, diminuindo também o custo da mão-de-obra.

Ovos

Quanto aos Ovos, a atividade tem crescido vertiginosamente, isto em decorrência da exigência da comercialização dos mesmos ter que obedecer a embalagem e rotulagem, obrigando as Granjas produtoras a procurarem registros de Relacionamentos junto ao Serviço de Inspeção. O Setor de Carne e Ovos conta apenas com 01 Fiscal Federal Agropecuário e 01 Agente de Inspeção. Quando ocorrem os abates no Frigorífico POTENGY, a empresa coloca 04(quatro) Auxiliares de Inspeção à disposição dos trabalhos da Inspeção Federal.

Leite

O Setor de Leite conta atualmente com 06 (seis) Usinas de Beneficiamento de Leite, 01 (uma) Fábrica de Laticínios (farinha láctea) e 01 (uma) Fábrica de Produtos Gordurosos (margarina). Um estabelecimento, a ILMOL – Indústria de Laticínios Mossoró Ltda teve seu SIF cancelado no dia 20/06/2007 através da Circular Cadastro n° 140/2007, por solicitação própria, por não se interessar em realizar mais o comércio interestadual.

Mel

O Setor de Mel conta com 05 (cinco) estabelecimentos registrados, sendo 01 (um) com SIF que teve sua razão social alterada em 02/08/2007 através da Circular Cadastro n° 192/2007 para Mel Potiguar Ltda e 04 (quatro) com ER. Tramita junto ao SIPAG, aprovados pelo DILEI/DIPOA, de 02 (duas) Usinas

de Beneficiamento, localizadas nas cidades de Macaíba/RN (em fase de conclusão) e Açu/RN (com obras iniciadas). Um estabelecimento de Mel, localizado na cidade de Macaíba/RN, obteve seu registro de relacionamento junto ao SIPAG/RN. O Setor destacou-se também na exportação do produto mel de abelhas para os Estados Unidos, chegando a um total de 440 toneladas no ano de 2007.

Reinspeção

Durante os trabalhos de reinspeção e/ou por denúncias de consumidores foram apreendidos os produtos "doce de leite, iogurtes e mel", oriundos de outros estados da federação e também do estado do RN, sem o devido registro junto ao MAPA e/ ou outro órgão competente, os mesmos foram inutilizados por serem considerados produtos clandestinos pelo Serviço de Inspeção Federal.

Os técnicos responsáveis pelo Setor participaram de Auditorias Nacionais, em Indústrias de Laticínios, representando a DILEI/DIPOA, em vários estados da federação e de eventos ligados à área, como palestrantes e associações ligadas ao movimento dos sem terra, em várias cidades do estado, orientando sobre a construção de estabelecimentos de mel e derivados e implantação da Instrução Normativa 51 que trata do transporte do leite refrigerado a granel, dentro da legislação vigente do Ministério da Agricultura.

Recursos orçamentários

Em relação à liberação de recursos para o desempenho das atividades programadas para o setor os mesmos chegaram com atraso, motivo pelo qual não foram cumpridas várias metas programadas para 2007. Quanto ao Setor de Pescado e Derivados é o que conta com a maior demanda de trabalho, haja vista que dos 08(oito) Estabelecimentos registrados, todos estão habilitados ao mercado internacional e a maioria dos mesmos trabalha com o mercado da União Européia que é muito pouco para esta atividade, gerando sobrecarga de trabalho para os envolvidos, inclusive nos fins de semana sem nenhum retorno financeiro.

Recursos Humanos

No penúltimo concurso para Fiscal Federal Agropecuário só houve uma vaga para Médico Veterinário no RN e no último concurso não houve nenhuma vaga sequer, o que vem dificultando em sobremaneira os trabalhos da inspeção de pescado. É importante frisar que o Rio Grande do Norte é atualmente o maior produtor de camarão do país, isto devido a diversos fatores dentre os quais destacamos: a salinização das nossas águas, os espaços ainda disponíveis para implantação de fazendas de camarão e os incentivos do Governo Estadual.

Apesar de todas estas dificuldades o ano de 2007 foi bastante significativo, pois houve um aumento bem considerável das nossas atividades dentro do SIPAG como um todo e de forma especial citamos a área de pescado, cujo volume de produtos acabados (peixe, lagosta e camarão) foram exportados, sendo na sua maioria para países da União Européia, destacando-se a Espanha com o maior volume exportado.

A trajetória do Serviço de Inspeção Federal na área animal ao alongo dos últimos dez anos, demonstra um aumento significativo não só no número de estabelecimentos registrados, como também no nível de tecnologia adotada, de equipamentos sofisticados e de processos de metodologias implantados, onde destacamos as Boas Práticas de Fabricação dos Produtos, as chamadas BPFs, os Procedimentos de Padrões de Higiene Operacionais - PPHO e por ultimo o HACCP que em português significa Analises de Perigos e Pontos Críticos de Controle, o que qualifica os estabelecimentos a exportarem para os diferentes Blocos Econômicos do mundo, pois dá credibilidade e seriedade da marca SIF, conhecida internacionalmente, além de aumento de divisas, geração de empregos e inclusão social.

Este Relatório consolida as informações constantes das ações de Inspeção e Fiscalização desenvolvidas em conformidades com suas competência pelo Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários na Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte – **SIPAG/DT/SFA/RN** em decorrência do cumprimento de suas atribuições legais, voltadas a garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos.

4.1.8.3.4. - Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal - INSPVEGETAL

4.1.8.3.4.1. Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de vinagres e bebidas de origem vegetal ofertadas à população.
Descrição	Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de vinagres e bebidas de origem vegetal, bem como, análise à importação desses produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem vegetal (DIPOV)
Unidades executoras	SIPAG/DT/SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Área de Bebidas, Vinagres, Vinhos e Derivados da Uva e do Vinho.
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Geraldo Marcelino Carneiro Pereira do Rego – Chefe do SIPAG/DT/SFA/RN

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Bebidas e Vinagres

A inspeção e fiscalização das bebidas, vinhos e os derivados da uva e do vinho e os vinagres é uma atribuição do MAPA, sendo executada pela área de bebidas do SIPAG. Esta atividade divide-se em duas partes: 1ª parte – Registro do produto e estabelecimento do produtor, do importador e exportador: fabricantes; estandardizador; engarrafador e envasador de bebidas, vinho e derivados da uva e do vinho e vinagres. 2ª parte – A Inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores, fabricantes, estandardizador, engarrafador e envasador de bebidas.

Inspeção e Fiscalização

A Inspeção e a Fiscalização empenham-se junto aos produtores, fabricantes, estandartizadores, engarrafadores e envasadores de bebidas, com o intuito de que os mesmos atendam às legislações pertinentes, fiscalizando e inspecionando os seguintes produtos: Não Alcoólicos – Sucos, Polpa de Fruta, Água de Coco, Néctar, Refresco, Soda Refrigerante, etc., Fermentado Alcoólico – Fermentado de Frutas, Sidra, Hidromel, Fermentado de Cana, etc., Alcoólico por Mistura – Licor, Coquetel ou Bebida Mista, Aguardente Composta, etc., Destilado Alcoólico – Aguardente, Tequila, Rum, Wisky, etc. e Alcoólico Retificado – Vodka, Genebra, Gin, etc., e Fermentado Acético – Vinagre, etc.. A fiscalização, inspeção e os registros dos produtos e estabelecimentos são regidos pela Lei 8.918/94 que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção a produção, a fiscalização de bebidas e autoriza a criação da Comissão Internacional de Bebidas e dá outras providências.

O Decreto 2.314 de 04 de setembro de 1997 que regulamenta a Lei 8.918/94, além de outras legislações como portarias, instruções normativas, dispõem sobre a padronização, classificação, registro, produção e a fiscalização de bebidas.

4.1.8.3.4.2 Resultados da ação

Tabela 31 – Metas Programadas e Realizadas na Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal – INSPVEGETAL no Exercício de 2007 na SFA/RN.

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO		
			META ESTADUAL	REALIZADO	%
2131- Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal.	IPVEGETAL	Estabelecimentos Inspecionados (Unid.)	150	136	90,66
PROCESSO	**PI**	**PRODUTO**	**FÍSICO**		
			META ESTADUAL	**REALIZADO**	**%**
1- Registro de estabelecimentos de produtos de origem vegetal com requerimento ao SIPAG	IPVEGETAL	Registro de estabelecimentos (Unid.)	---	06	100
PROCESSO	**PI**	**PRODUTO**	**FÍSICO**		
			META ESTADUAL	**REALIZADO**	**%**
2- Inspeção de estabelecimentos industriais de produtos de origem vegetal	IPVEGETAL	Estabelecimentos inspecionados (Unid.)	150	136	100

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
2.1 Certificado oficial de análise fiscal dentro dos PIQs	20	Unid.
2.2 Certificado oficial de análise fiscal fora dos PIQs	06	Unid.
2.3 Julgamento de primeira instância	11	Unid.
2.4 Multas aplicadas	09	Unid.
2.5 Auto de Infração	19	Unid.

AÇÃO	PI	PRODUTO	FÍSICO		
			META ESTADUAL	REALIZADO	%
ATIVIDADE			QUANTIDADE	UNIDADE	
2.6 Intimações			23		Unid.
2.7 Processos julgados			11		Unid.
2.8 Produtos alcoólicos/não alcoólicos analisados dentro dos PIQs			13		Unid.
2.9 Produtos alcoólicos/não alcoólicos analisados fora dos PIQs			06		Unid.
2.10 Produtos fiscalizados			1.992		Unid.
2.11 Produtos líquidos apreendidos			996		Litros
2.12 Produtos líquidos inutilizados			23.500		Litros
2.13 Produtos não alcoólicos coletados			92		Unid.
2.14 Registro de estabelecimentos nacionais			06		Unid.
2.15 Registro de produtos nacionais			42		Unid.
2.16 Rótulos apreendidos			16.750		Unid.
2.17 Rótulos inutilizados			0		Unid.
2.18 Termos de apreensões emitidos			09		Unid.
2.19 Termos de coleta de amostras			14		Unid.
2.20 Termos de inspeção			136		Unid.
2.21 Termos de intimações			23		Unid.
2.22 Termos de liberação de produtos emitidos			0		Unid.
2.23 Valores das multas aplicadas			111.443,57		Ufir
2.24 Volumes de produtos liberados após julgamento			0		Litros

Tabela 32 – Demonstrativo Orçamentário-Financeiro na Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal – INSPVEGETAL no Exercício de 2007 na SFA/RN.

NATUREZA DA DESPESA	VALOR DESCENTRALIZADO (R$)	VALOR UTILIZADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
3390.14	13.723,26	13.511,69	98,46
3390.30	799,04	791,04	99
3390.33	3.555,92	3.555,92	100
Total	18.078,22	17.858,65	98,78

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

No exercício de 2007, foram feitos grandes esforços para que fossem atingidas as metas constantes da tabela abaixo. O setor de bebidas carece de Fiscais Federais Agropecuários para a realização da

fiscalização e trabalhos afins, pois a equipe do SIPAG/DT/SFA/RN conta com apenas 02 (dois) Fiscais para cobrir todo o Estado do Rio Grande do Norte. Ainda há um agravante: a possível aposentadoria de uma fiscal no ano de 2008, restando, com isso, apenas 01 (um) Fiscal para realizar todo o trabalho do setor. Além disso, durante o ano em causa, suscitaram-se várias situações que dificultaram o cumprimento das metas abaixo especificadas, quais sejam:

- Atraso na aprovação do Orçamento da União;
- Greves dos Fiscais Federais Agropecuários;
- Falta de equipamento permanente (impressora, computador, etc...);
- Falta de material de consumo (cartucho de tinta, papel, etc...).

Dois pontos em especial devem ser destacados como barreiras ao cumprimento das metas estabelecidas:

a. Falta de um veículo com sistema de refrigeração, pois, para a coleta de amostras de polpas de fruta e água-de-coco visando-se a análise fiscal, é necessário haver a refrigeração deste produto, porque o laboratório onde são feitas as análises fica em Recife/PE, sendo, pois necessário à manutenção da temperatura do produto, desde o momento da coleta até a sua recepção pelo laboratório, evitando-se o surgimento de alterações na composição dos mesmos. Isso poderia gerar erro nos resultados da análise;

b. A questão do repasse de verbas com atraso e a insuficiência dos recursos para que se faça uma fiscalização presente e efetiva no pico de produção do suco do caju e da cachaça.

Mesmo com todas as dificuldades supracitadas, a equipe deste setor se empenhou ao máximo na busca da concretização das metas ora estabelecidas. Para tanto, o setor conta com 02 (dois) Agentes Administrativos e 01 (um) estagiário, figuras fundamentais no auxílio de todos os trabalhos desenvolvidos.

Vale também salientar o empenho por parte do DIPOV e da Coordenação da área de bebidas e vinagres na busca da padronização dos procedimentos operacionais padrão, contribuindo cada vez mais para um trabalho mais eficiente e organizado. Além disso, com a realização do curso de inspeção em bebidas e vinagres na cidade do Rio de Janeiro no mês de outubro, uma nova injeção de motivação foi disponibilizada aos novos Fiscais Federais Agropecuários recém contratados, contribuindo, desta forma, para a busca da melhor forma possível ao cumprimento das metas definidas para este exercício.

Tabela 33 –Indicadores de Desempenho Institucional da Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal - INSPVEGETAL.

Ordem	Atividade	Indicador (Tipo)							
		Eficiência			Eficácia			Efetividade	
		Parâmetro de Avaliação	Nome	Fórmula	Parâmetro de Avaliação	Nome	Fórmula	Nome	Fórmula
01	Inspeção de estabelecimentos	Custo	Custo Unitário de cada Inspeção	Custo total (R$)/Nº Inspeções Realizadas	Quantidade	Percentual de estabelecimentos inspecionados em relação à meta programada	Executado/ Programado x 100	Taxa de conformidade de vinhos, bebidas e vinagres	(Número de estabelecimentos inspecionados dentro do padrão/Total de estabelecimentos inspecionados) X 100

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Tabela 34 –Cálculo dos Indicadores de Desempenho Institucional da Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal – INSPVEGETAL no Exercício de 2007.

CÁLCULO DOS INDICADORES		2007		
ORDEM	ATIVIDADE	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE
01	Registro de Produtos*	---	---	---
02	Inspeção de Estabelecimentos	136%	R$ 131,31/ Inspeção	60%

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Comentários: (*) Como o registro de produtos é uma atividade imprevisível, não estabelecemos metas para tal, pois depende da iniciativa das empresas no desenvolvimento de novos produtos e na capacidade de fazê-los segundo as especificidades de cada um deles.

Já a inspeção de estabelecimentos foi superada a meta estipulada, havendo um acréscimo de 36% no esperado em relação à eficácia, porém, salienta-se que a efetividade não apresentou bons resultados, haja vista a constante falta de regularidade encontrada nas empresas.

Em relação à eficiência, ressalva-se que o valor encontrado supra diz respeito não só as fiscalizações realizadas dentro da grande Natal, mas, principalmente, no interior do estado do Rio Grande do Norte.

Tabela 35 – Demonstrativo das Metas Físicas e Financeiras da Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal – INSPVEGETAL no Exercício de 2007

ORDEM	ATIVIDADE	2007			
		FÍSICO		FINANCEIRO (R$)	
		PREVISTO	REALIZADO	LIBERADO	LIQUIDADO
01	Registro de Produtos*	---	06	18.078,22	17.858,65
02	Inspeção de estabelecimentos	100	136		

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

4.1.8.3.5 Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF

4.1.8.3.5.1 Dados gerais

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade dos produtos vegetais.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamento técnico para validação de padrões; classificação dos produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição dos consumidores; e fiscalização da identidade e da qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/SDA
Unidades executoras	SIPAG
Coordenador Nacional da Ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela execução da ação no nível local	Geraldo Marcelino C. P. do Rego

A Lei Nº 9.972, de 25 de Maio de 2000, regulamentada pelo Decreto Nº 6.268, de 22 de Novembro de 2007, em seu Artigo 2º, estabelece que a "classificação é o ato de determinar as qualidades intrínsecas de um produto vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, com base em padrões oficiais. Serão objeto de classificação todos os produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico que possuam padrão oficial estabelecido pelo MAPA".

A atividade de classificação é executada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) do Governo do Rio Grande do Norte, através de credenciamento autorizado pelo MAPA. Três Postos de Classificação Vegetal estão instalados na capital do estado, Natal, e nas cidades do interior, Mossoró e Caicó.

A fiscalização tem se empenhado junto aos comerciantes, aos supermercados, as empacotadoras de produtos de origem vegetal, fiscalizando os seguintes produtos: arroz, feijão, farinha de mandioca, alho, óleos de origem vegetal, milho pipoca, trigo, canjica de milho, amendoim, farinha de trigo, exigindo-lhes o cumprimento da legislação, além de orientar micro empacotadores e micro comerciantes acerca da legislação específica.

Para que sejam asseguradas as metas do programa, são desenvolvidas ações sistemáticas de fiscalização e inspeção de estabelecimentos, envolvidos no processo de classificação.

Durante o processo de fiscalização, são analisados documentos da classificação vegetal para que se possa constatar que a classificação foi de fato realizada; coleta de amostras fiscais com o objetivo de monitorar a qualidade dos produtos e identificar quaisquer tentativas de fraudes ou equívocos no tocante da classificação vegetal e após a coleta, realiza-se a devida classificação fiscal das amostras coletadas; análise laboratorial de amostras fiscais dos produtos vegetais (como exemplos citamos, os óleos e as farinhas de origem vegetal) e análise sensorial da qualidade dos produtos de origem vegetal, observando visualmente, defeitos que os produtos de origem vegetal possam apresentar. Todas essas atividades seguem os preceitos da Lei 9.972/2000 e do Decreto 6.268/2007 e demais normas correlacionadas a atividade.

O programa realiza também o credenciamento de empresas no SICASQ (Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos).

O SICASQ foi criado pela IN nº 66/2003, objetivando a sistematização do cadastro dos agentes das cadeias produtivas dos produtos de origem vegetal, com fins de controle de contaminantes, resíduos e qualidade preventiva, com base nas normas, também, estabelecidas pela referida IN nº 66/2003, que está sendo implementada, inicialmente, junto aos estabelecimentos exportadores e produtores de mamão, maçã, amendoim e castanha do Brasil, visando atender compromissos do MAPA nos acordos e exigências nacionais e internacionais. No Rio Grande do Norte estão cadastradas no sistema, cinco empresas, todas exportadoras de mamão.

4.1.8.3.5.2 Resultados

Ao longo de 2007, foram realizadas fiscalizações estrategicamente definidas, junto às empresas envolvidas com a classificação vegetal, dentre essas empresas, destacamos, as empacotadoras de alimentos, distribuidoras, mercados, supermercados, centrais de abastecimento e a empresa de credenciada para realizar a classificação vegetal no estado – no nosso caso trata-se da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte.

O setor de classificação vegetal desta Superintendência, conta na área de recursos humanos com apenas dois Fiscais Federais Agropecuários (sendo que um deles empossado em junho desse ano), e um estagiário (que foi contratado em setembro), além, de quando necessário, a participação de motoristas da repartição. No que se refere à estrutura física, possui uma sala equipada com materiais necessários para a classificação fiscal de grãos e com automóveis da superintendência, para transporte dos fiscais, em objeto de serviço. A estrutura de escritório está defasada, em relação à informática, onde, existem apenas dois computadores, sendo um deles já antigo, e não contamos com impressoras, mas esse problema está sendo resolvido junto a Brasília.

Com relação às metas, houve avanço significativo em relação ao ano de 2006, com destaque para os avanços do número de fiscalizações e do volume fiscalizado, que tiveram incremento da ordem de 57%. A fiscalização esteve presente em 35 dos 167 municípios do estado, escolhidos estrategicamente em função de sua representatividade, em se tratando de classificação vegetal.

No decorrer do período alguns fatores foram decisivos para o alcance das metas, com destaques para a participação de um fiscal no curso de fiscalização da Inspeção Vegetal, com carga horária de 96 horas, no recém inaugurado Centro de Treinamento, no Rio de Janeiro, a realização de um assessoramento sobre o sistema SICAR (Sistema de Informação e Controle de Arrecadação) a SFA de Alagoas, coordenação da reunião técnica que discutiu o regulamento de Identidade e Qualidade da Castanha de Caju e a participação de um fiscal na reunião que discutiu o regulamento de Identidade e Qualidade da Farinha de Mandioca e reformulação da Instrução Normativa 66/2003 que trata do cadastro das empresas no SICASQ em Brasília.

Dessa forma pode-se concluir que a fiscalização da classificação vegetal teve um ano muito positivo, logo abaixo encontramos a tabela descritiva dos índices alcançados pela fiscalização.

Tabela 36 – Demonstrativo das Metas Físicas da Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF no Exercício de 2007.

INDICADORES	PRODUTO	FÍSICO		
		META ESTADUAL	REALIZADO	%
1- Fiscalização de produtos vegetais classificados	Fiscalização Realizada (t)	960	12.942,08	1348
2- Classificação de produtos vegetais importados	Fiscalização Realizada (t)	---	102.180,112	---
3- Fiscalização de postos de classificação credenciados	Postos de Classificação fiscalizados	02	01	50
4- Fiscalização de estabelecimentos embaladores e comerciais de produtos vegetais classificados	Estabelecimentos fiscalizados	160	192	120
5- Reuniões Técnicas	Reunião	1	4	120

INDICADORES	PRODUTO	FÍSICO		
		META ESTADUAL	REALIZADO	%
6- Assessoria	Assessoria	---	1	---
7- Cursos de Capacitação de Servidores (*)	Curso	---	2	---
8- Reuniões técnicas de elaboração de legislações especificas	Reunião	---	2	---
9- Encontro Nacional (*)	Reunião	---	1	---
10- Cadastros de empresas no SICASQ	Cadastramento	---	1	---

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

(*) Os indicadores em destaque foram aqueles, em que essa unidade participou, mas não foi por ela realizada.

Demonstrativo Orçamentário-Financeiro/PADCLASSIF

Os valores gastos para desenvolvimento de atividades, foram empregados de maneira equilibrada para que fosse o mais econômico possível, e seguindo as diretrizes orçamentárias do planejamento anual para o período.

A tabela a seguir demonstra os gastos para a realização da ação durante o ano de 2007.

Tabela 37– Demonstrativo Orçamentário-Financeiro da Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF no Exercício de 2007.

NATUREZA DA DESPESA (CÓDIGO)	VALOR DESCENTRALIZADO (R$)	VALOR UTILIZADO (R$)	PERCENTUAL UTILIZADO (%)
Diárias *(3390.14)*	15.739,41	15.739,41	100
Material de Consumo (3390.30)	1.938,38	1.938,38	100
Passagens Aéreas (3390.33)	6.250,00	6.250,00	100
Serviços Terceirizados - Pessoa Física (3390.36)	1.855,44	1.855,44	100
Serviços Terceirizados - Pessoa Jurídica (3390.39)	2.800,00	2.800,00	100
Material Permanente *(4490.52)*	3.480,88	2.525,49	72,5
TOTAL	***32.064,11***	***31.108,72***	***97,02***

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Indicadores de Desempenho

Tabela 38 – Indicadores de Desempenho Institucional da Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – PADCLASSIF no Exercício de 2007.

ATRIBUTO	INDICADOR			
	ECONOMICIDADE	**EFICIÊNCIA**	**EFICÁCIA**	**EFETIVIDADE**
Descrição	Mede o grau de minimização dos custos incorridos na consecução de uma ação, sem comprometimento dos padrões de qualidade.	Mede a relação entre o produto (bem ou serviço) gerado por um processo e os custos dos insumos empregados para executá-la em um determinado período de tempo.	Mede o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independente dos custos implicados.	Mede as relações entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional.
Unidade de Medida	R$	R$	Percentagem	Percentagem
Fonte	SIPAG/DT/SFA-RN	SIPAG/DT/SFA-RN	SIPAG/DT/SFA-RN	SIPAG/DT/SFA-RN
Fórmula de Cálculo e respectivos cálculos	Custo total realizado (CR) em 2007, em reais. CR 2007=R$ 31.108,72 CR 2006=R$ 11.322,86 Variação Relativa (VR) VR2006/2007= [(CR2007/CR2006)X 100]-100 *VR2006/2007= R$174,74*	Custo unitário realizado (CUR) em 2007, em reais. Volume Fiscalizado (VF), em toneladas CR 2007= R$ 31.108,72 VF 2007= CUR 2007=(CR 2007/VF 2007) *CUR 2007=R$ 16,01* Custo unitário programado (CUP) em 2007, em reais. Volume Programado de Fiscalização, em toneladas (VPF). CUP 2007 = (CR 2007 / VPF 2007) *CUP 2007= R$ 33,40*	Volume programado de fiscalização (VPF) e Volume fiscalizado (VF) em 2007, em toneladas VF 2007= 12942,08 VPF 2007=960 VR 2007=[(VF 2007/ VPF 2007) X 100] –100 *VR2007= 1248,13%.*	Abrangência estadual da fiscalização (AEF) Presença da fiscalização nos municípios em 2007, em número (PFM) = 37 Números de municípios no estado (NME) = 167 AEF=(100XPFM)/NME AEF= 22,15

Fonte: SIPAG/DT/SFA/RN

Responsabilidades Institucionais

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG, tem amparo regimental no âmbito do Governo Federal, através da PORTARIA MAPA Nº 300, de 16 de junho de 2005, que aprovou o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as quais são diretamente subordinados ao Titular da Pasta, conforme orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério.

No programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, o gerenciamento executivo está na Secretária de Defesa Agropecuária – SDA e as unidades responsáveis pelas decisões estratégicas, são o Departamento de Inspeção de Produto de Origem Animal e Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais – DIPOV, que tem como objetivo garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal destinados aos consumidores.

O Serviço de Inspeção Federal – SIF, coordenado pelo DIPOA, tem sob responsabilidade o controle higiênico-sanitário e tecnológico das empresas que realizam o comércio interestadual e internacional de produtos de origem animal “in natura” e industrializados. Estão ainda sob a égide deste Serviço, as análises prévias para registro de novos estabelecimentos, aprovando plantas, instalações e equipamentos bem como apreciação de processos e rótulos de produtos.

No ano de 2007, além das atividades rotineiras, o SIPAG/DT/SFA/RN, empreendeu ações com vistas a coibir fraudes em alimentos, como adição de soro de leite ao leite em pó, adição de água em carcaças de aves e demais denuncias de consumidores ao PROCON e a COVISA/Municipal de Natal/RN.

Estratégia de Atuação

As ações de inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos e sub-produtos de origem animal são de caráter indesejável, de competência do Governo Federal, sendo assim, a execução do programa dar-se-á de forma direta, através do corpo de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam estas atividades.

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários tem o objetivo principal de programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades dentre as quais destacamos:

- inspeção *ante-morten* e *post-morten* de animais de açougue.
- Inspeção e fiscalização da produção e do comércio de produtos de origem vegetal in natura, processados e industrializados.
- Inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que executam o abate de animais de açougue, que industrializam, beneficiam e manipulam, fracionam, embalam matérias primas, produtos e sub-produtos e derivados de origem animal,
- Fiscalização das atividades de classificação de matérias primas, produtos e sub-produtos e derivados de origem animal e vegetal, bem como tipificação de carcaças.
- Inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos que procedem a industrialização, beneficiamento, manipulação, fracionamento, certificação e embalagem de matérias primas, produtos e derivados de origem vegetal.
- Inspeção e fiscalização higiênico-sanitário e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres, vegetais *in natura* e industrializados, consoante normas regulamentares, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho, para mercado nacional.

Por se tratar de um Serviço que está diretamente envolvido com a segurança alimentar da população, há uma interface estreita com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) - Órgão Federal, Secretária de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) e o Instituto de

Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN) – Órgãos Estaduais e a Coordenadoria de Vigilância Sanitária Agropecuária (COVISA) – Órgão Municipal.

Quanto ao desempenho das ações de responsabilidade do SIPAG/RN, cabe ressaltar que em 2007 que como dificuldades tivemos a greve dos Fiscais Federais Agropecuários que teve a duração de 02 (dois) meses, tendo a necessidade de desviar Fiscais Federais de suas unidades de origem para atender a demanda do cumprimento do mandato de segurança.

Outra dificuldade que contribuiu enormemente para o desempenho das nossas atividades, foi o pequeno número de Fiscais Federais Agropecuários, principalmente nas áreas de Inspeção Animal e de Bebidas, além do número insuficiente de 07(sete) Agentes de Inspeção, para cobrir 22 (vinte e dois) estabelecimentos com Serviço de Inspeção Federal nas áreas de Leite e Pescado.

A distribuição dos recursos financeiros foi irregular nos quatros trimestres, mas ao longo dos mesmos, soubemos superar tendo um bom desempenho nas atividades tanto físicas como financeiras, cujos empecilhos foram superados pela determinação, criatividade e colaboração de todos os envolvidos.

4.1.9. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO - MANUT MAPA

4.1.9.1. Dados gerais

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão dos seus programas finalísticos.
Gerente do programa	Coordenador-Geral de Apoio às Superintendências, Luiz Chaguri Neto
Gerente executivo	Hellem Sallum
Indicadores ou parâmetros utilizados	Informações da Unidade Central
Público-alvo (beneficiários)	Servidores do MAPA

4.1.9.2. Principais Ações do Programa

- *Ação 31.6 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – PI MANUT SFA-RN*

Objetivo

Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão dos seus programas finalísticos.

4.1.91.3. Gestão das ações

4.1.9.3.1. Ação 31.6 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – PI MANUT SFA-RN

4.1.9.3.1.1. Dados gerais

Dados gerais da ação

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as

	despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	O Programa inclui a participação do Superintendente em diversos eventos representando o Sr Ministro no Estado do RN e em outras unidades da federação e em reuniões e seminários realizados em Brasília/DF, por convocação da administração central do MAPA. Também está incluso no Programa a participação de servidores técnico-administrativos em treinamentos e capacitações, nas áreas de planejamento, gestão estratégica, informática, gestão de recursos humanos, orçamento e finanças, patrimônio e pregão eletrônico, acompanhamento de contratos e convênios e outros de interesse da gestão pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva do MAPA
Unidades executoras	MANUT SFA/RN
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SPA e SEOF
Coordenador nacional da ação	Luiz Chaguri Neto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Teixeira de Souza Junior – Superintendente Federal

4.1.9.3.1.2. Resultados

O Superintendente Federal de Agricultura no RN, como representante do Ministério da Agricultura no Estado, participou no exercício de 2007 de vários eventos relacionados ao Agronegócio Nacional e manteve contatos com seus parceiros efetivos e mais próximos como a SAPE/RN e a SEAP/PR, na busca de soluções comuns demandadas por diversas situações apresentadas.

As demandas que exigiram deslocamento com custos de passagens aéreas e diárias foram plenamente atendidas pelo Ministério da Agricultura. Os limites orçamentários e financeiros alocados foram gastos dentro dos percentuais próximos dos valores despendidos para tais fins, conforme demonstrativos abaixo.

Servidores de diversas áreas técnico-administrativas foram convocados pela unidade central (MAPA/DF) para participar de treinamentos e cursos que requeriam deslocamento fora de seu local de trabalho. Assim, eles se reciclaram nas suas respectivas áreas de atuação, fato que contribuiu para um melhor atendimento aos clientes internos e externos da SFA/RN.

Os treinamentos e cursos ministrados compreenderam as áreas de: Pregão Eletrônico, Licitações e Contratos, Patrimônio, Informática (implantação da Comunidade de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede – CATIR), Acompanhamento de Convênios, Execução Orçamentária e Financeira, Planejamento e Gestão Estratégica, todas demandas procedentes do Ministério da Agricultura, em Brasília.

Conforme mostra a Tabela foram empregados percentuais próximos dos cem por cento (100%) do que foi descentralizado para esse fim, concluindo-se que os recursos referentes a essas ações obtiveram o êxito esperado pela Superintendência Federal de Agricultura no RN, no exercício de 2007.

Tabela 39 – Demonstrativo Orçamentário e Financeiro da Ação 31.6 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – PI MANUT SFA-RN no Exercício de 2007

NATUREZA DA DESPESA	PROVISIONADO	LIQUIDADO	PERCENTUAL
3390.14	**24.506,64**	**24.165,89**	**98,61**
3390.33	**18.068,24**	**18.068,24**	**100**

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

Tabela 40 – Demonstrativo Orçamentário da SFA-RN no Exercício de 2007

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTARIO EXERCICIO DE 2007				
PI	**VALOR LIBERADO**	**VALOR ANULADO**	**VALOR EXECUTADO**	**PERCENTUAL**
MANUTRN				
ELEM DESPESA				
3350.39	57.000,00	750,94	56.249,06	99%
3390.14	24.506,64	340,75	24.165,89	99%
3390.30	154.468,00	19.339,00	135.129,00	87%
3390.33	18.068,24		18.068,24	100%
3390.37	474.680,41	16.891,79	457.788,62	96%
3390.39	356.927,47	457,32	356.470,15	100%
3390.47	1.204,08		1.204,08	100%
3390.92	18.616,00		18.616,00	100%
3390.91	16.100,00		16.100,00	100%
4490.52	74.520,00	499,00	74.021,00	99%
	1.196.090,84	**38.278,80**	**1.157.812,04**	**97%**
CAPACITA1				
ELEM DESPESA				
3390.14	3.790,99		3.790,99	100%
3390.33	6.243,80		6.243,80	100%
	10.034,79		**10.034,79**	**100%**
INATPENS1				
ELEM DESPESA				
3190.08	45.711,37		45.711,37	100%
	45.711,37		**45.711,37**	**100%**

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SPA

Atividades Desenvolvidas

A SPA/GAB/SFA/RN, além de acompanhar as ações desenvolvidas pelos diversos setores da SFA/RN, durante o exercício de 2007 coordenou os deslocamentos para capacitação dos servidores em consonância com as demandas do MAPA/DF, abrangendo os diversos setores dessa Superintendência.

No exercício de 2007 a SPA /SFA/RN coordenou ainda as ações (PI MANUTRN) na atividade deslocamento do Superintendente e de servidores da Área Técnico-Administrativa nos diversos

eventos acima mencionados em vários estados da federação. A SPA assessorou também o SEFAG/SEPDAG em acompanhamentos de projetos demandados por Emendas Parlamentares Individuais vinculadas ao Orçamento Geral da União do exercício de 2007.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

As atividades de comunicação social na SFA/RN/MAPA - imprensa, relações públicas e publicidade institucional - são coordenadas pela Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro da Agricultura (ACS/GM/MAPA), seguindo as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR).

No exercício de 2007 permaneceu o estreito relacionamento entre a ACS/GM/MAPA e o Gabinete do Superintendente (GAB), muito embora não exista na SFA/RN uma estrutura organizacional ou uma função específica para tratar do assunto.

Houve continuidade aos contatos periódicos com os editores e chefes de redação dos veículos de comunicação locais, através de visitas periódicas, contatos telefônicos e remessa de sugestões de pauta, viabilizando a divulgação de notícias sobre as realizações da Superintendência e do Ministério da Agricultura nos jornais, telejornais e programas de rádio.

O Superintendente concedeu entrevistas nos principais jornais locais, participou de programas de radiojornalismo e de telejornalismo, resultando em notícias, reportagens notas em colunas de política e de economia dos jornais locais e nas principais páginas de notícias da Internet (*sites*), oficiais e comerciais sobre o agronegócio.

Um "*clipping eletrônico*" das principais notícias e manchetes de jornais da grande imprensa (Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre) é disponibilizado diariamente pela ACS/GM/MAPA no *site* oficial do MAPA na Internet **(www.agricultura.gov.br)** e na Intranet (**http://agronet.agricultura.gov.br**).

As matérias sobre a ação pública do Governo na agropecuária são divulgadas na imprensa local e estadual, sendo disponibilizadas no "*site*" na Internet do Ministério da Agricultura (**www.agricultura.gov.br**), além da distribuição às sucursais da imprensa nacional em Brasília e à rede de emissoras de rádio localizadas no interior do país.

Reunião Regional Nordeste de Saúde Animal

Registre-se que em 2007 o Estado do Rio Grande do Norte sediou a Reunião Regional Nordeste de Saúde Animal, que contou com a presença do Secretário de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura (MAPA), Inácio Afonso Kroetz, Superintendentes e Chefes das Divisões Técnicas das SFA´s, Secretários estaduais de Agricultura e dirigentes de agências e institutos de Defesa e Inspeção Agropecuária dos estados nordestinos.

A reunião regional ocorreu na abertura da Segunda Etapa 2007 da Campanha de Vacinação para a Erradicação da Febre Aftosa e teve como finalidade a uma avaliação das ações conjuntas entre o Governo Federal/MAPA e os Governos Estaduais/Secretarias de Agricultura na execução e coordenação do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa na Região Nordeste, além de estabelecer um programa estratégico para a inclusão da região na Zona de Risco Livre da doença. A reunião regional teve ampla repercussão na imprensa local e no "site" oficial do Ministério da Agricultura.

Educação Sanitária na Prevenção da Influenza Aviária

O Estado do Rio Grande do Norte, em decorrência de ser um dos "sítios" que abrigam aves migratórias – municípios de Galinhos e Canguaretama -, foi escolhido em 2006 pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA para o lançamento nacional do Programa de Educação Sanitária na Prevenção da *Influenza Aviária* (Gripe Aviária).

No segundo semestre foi realizado o *"Projeto Barra de Cunhaú"*, um conjunto de ações voltadas para a prevenção e educação sanitária da população daquela praia do município de Canguaretama, o segundo incluído como área de monitoramento preventivo à *Influenza Aviária*.

Foram realizadas palestras para autoridades, lideranças comunitárias e sanitárias, professoras e estudantes de ensino básico, além de distribuição de cartazes e folhetos à população.

Participação nas Oficinas de Auto-Avaliação e Melhoria da Gestão Pública e de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional

Cumprindo uma das prioridades de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências Federais de Agricultura (SFA´s) e a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização (CGPLAM) deram prosseguimento às ações relacionadas à excelência na administração pública, retomadas em 2005, tendo como objetivo agilizar e dar maior eficiência nos serviços e processos finalísticos e de apoio administrativo prestados ao público.

O Projeto "Oficinas de Trabalho nas SFA´s" realizou diversas oficinas de auto-avaliação e melhoria da gestão pública e de elaboração de indicadores de desempenho institucionais. Foram utilizados os instrumentos da metodologia de gestão do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), instituído pela Presidência da República e coordenado pelo Departamento de Programas de Gestão da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O projeto tem como finalidade a avaliação de práticas de gestão e de resultados obtidos pelos diversos os programas e projetos estratégicos do governo federal, relacionados à fiscalização da produção, defesa sanitária e inspeção de produtos de origem agropecuária e a própria gestão pública nas superintendências. Também visa estabelecer os indicadores de desempenho institucional dessas atividades, utilizando a metodologia própria do Tribunal de Contas de União.

Um servidor da Superintendência e "consultor ad hoc" do GESPÚBLICA foi convidado e atuou como Instrutor em Oficinas realizadas no exercício de 2007 (SFA/PI e SFA/CE).

Seminário sobre Gestão Pública

Como preparativo para um Seminário sobre Gestão Pública na SFA/RN, realizado no final do ano de 2007, foi alocada uma estagiária graduanda do Curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para realizar um diagnóstico de gestão da Superintendência, por determinação do novo Superintendente nomeado em agosto.

O projeto executado incluiu uma pesquisa de clima organizacional, uma proposta para alteração na estrutura organizacional prevista no Regimento Interno das SFA´s e um diagnóstico da gestão da Superintendência. Acrescidas dos resultados obtidos na Oficina de Auto-Avaliação e Melhoria da Gestão realizada em 2006, essas informações foram apresentadas em um Seminário sobre Gestão Pública, resultando na constituição de equipes multidisciplinares para a elaboração do Plano de Melhoria da Gestão, a ser executado em 2008.

Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização - Gespública

O Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) foi instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23/02/2005 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sob a coordenação da Secretaria de Gestão/Departamento de Programas de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGES/DPG/MPO), reunindo os dois programas de gestão pública existentes – Programa da Qualidade no Serviço Público (PQSP) e Programa Nacional da Desburocratização (D).

O GESPÚBLICA mobiliza e orienta os dirigentes e servidores públicos, sob a forma de voluntariado, para o exercício de um modelo empreendedor de administração pública capaz de prestar serviços de maior qualidade a um menor custo, atendendo aos interesses da sociedade. Também atua junto às organizações públicas, mobilizando e articulando para implantar novos métodos de gestão, contribuindo para a transformação da Administração Pública, na direção de um Estado mais ágil, eficiente e mais preparado para as demandas da sociedade.

As Organizações Públicas, ao se inscreverem no GESPÚBLICA, assumem o compromisso de atuar conforme as diretrizes nacionais do Programa, na valorização do voluntariado no Serviço

Público, na atuação em Sistema de Rede (Programas Estaduais e Rede Nacional de Qualidade, Produtividade e Competitividade - Rede QP&C; Movimento Brasileiro pela Competitividade – MBC; Grupo GeraAção da Petrobrás; Fundação Nacional da Qualidade – FNQ; Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública), na orientação da prática gerencial pelos Princípios da Excelência em Gestão Pública, preconizada pelo Programa; na implementação de ciclos contínuos da auto-avaliação e melhoria contínua da gestão com base no Modelo de Excelência em Gestão Pública, na gestão do atendimento ao cidadão e da simplificação administrativa - desburocratização, além da indicação de representantes para atuarem como voluntários na Rede Nacional de Gestão Pública (RNGP).

Esta Superintendência Federal, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é habilitada e reconhecida pela SEGES/DPG/MPO para atuar como Organização Âncora do Núcleo do GESPÙBLICA no Estado do Rio Grande do Norte, criado em 07/10/1998. Atua também na Coordenação-Executiva do Núcleo GESPÚBLICA no Estado do Rio Grande do Norte. Em 2007 a SFA/RN buscou a adesão de novas organizações públicas federais, estaduais e municipais, conforme mostra a Tabela 41.

Como destaques em 2007 registre-se a adesão formal ao GESPÚBLICA pelo Ministério Público Estadual – Procuradoria Geral da Justiça e pelo Comando do III Distrito Naval da Marinha do Brasil. Também a certificação pelo GESPÚBLICA do Tribunal Regional do Trabalho – 21ª Região, a primeira Organização do Poder Judiciário a ser certificada no Estado.

Em 2007 foram realizadas 2 (duas) reuniões mensais do Comitê Gestor do Núcleo GESPÚBLICA/RN, integrado pelos representantes das organizações públicas adesas e presidido pelo Superintendente da SFA/RN. Um dos motivos foi a vacância do cargo de Superintendente no período de Fevereiro a Agosto de 2007. Também foi realizada 1 (uma) reunião com o Secretário de Estado-Adjunto de Administração e Recursos Humanos (SEARH) do Governo do Rio Grande do Norte para discutir e analisar a programação de ações promovidas pelo Governo do Estado junto ao Núcleo Gespública no RN.

O núcleo realizou diversos treinamentos, cursos, palestras e visitas técnicas, conforme é descrito na Tabela 42.

Tabela 41 - Organizações da administração pública no Rio Grande do Norte inscritas no Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA) até dezembro de 2007

ORGANIZAÇÃO	SIGLA	GOVERNO
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Agência de Fomento do Rio Grande do Norte	AGN/RN	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Controladoria-Geral do Estado	CONTROL/RN	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Gabinete Civil	GAC/RN	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/ Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos***	SEARH/RN	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do /Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Rio Grande do Norte***	SEARH/IPERN	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	SEJUC/RN	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Saúde Pública /Hospital Dr. José Pedro Bezerra***	SESAP/RN HDJPB	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Saúde Pública /Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel	SESAP/RN HMWG	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Saúde Pública /Hospital Pediátrico Maria Alice Fernandes*	SESAP/RN HPMAF	Estadual

ORGANIZAÇÃO	SIGLA	GOVERNO
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Saúde Pública /Instituto de Hemoterapia do Rio Grande do Norte***	SESAP/RN/ HEMONORTE	Estadual
Governo do Estado do Rio Grande do Norte/Secretaria de Estado da Tributação	SET/RN	Estadual
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Companhia Nacional de Abastecimento.	MAPA/ CONAB	Federal
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Superintendência Federal de Agricultura*	MAPA/SFA	Federal
Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/16º Batalhão de Infantaria Motorizada**	MD/EB 16º BIMtz	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/17º Grupo de Artilharia de Campanha**	MD/EB 17º GAC	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/24ª Circunscrição do Serviço Militar**	MD/EB 24ª CSM	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/2º Batalhão de Engenharia de Construção**	MD/EB 2º BECon	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/7º Batalhão de Engenharia e Combate**	MD/EB 7º BEComb	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Comando da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada (Brigada Felipe Camarão)**	MD/EB 7ª BIMTZ	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Hospital de Guarnição de Natal**	MD/EB HGuN	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Força Aérea Brasileira/Base Aérea de Natal	MD/FABr/ BANT	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Marinha do Brasil/Base Naval de Natal****	MD/MB/BNN	Federal (OM)
Ministério da Defesa/Marinha do Brasil/Comando do III Distrito Naval	MD/MB/IIIDN	Federal (OM)
Ministério da Educação/Centro Federal de Educação Tecnológica	MEC CEFET	Federal
Ministério da Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Hospital de Pediatria	MEC/UFRN/ CCS/ HOSPED	Federal
Ministério da Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Hospital Universitário Onofre Lopes	MEC/UFRN/ CCS/ HUOL	Federal
Ministério da Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Maternidade Escola Januário Cicco	MEC/UFRN/ CCS/MEJC	Federal
Ministério da Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Superintendência de Infra-Estrutura	MEC/UFRN/ REITORIA/ SIN	Federal
Ministério da Fazenda/Gerência Regional de Administração no Rio Grande do Norte	MF/GRA/RN	Federal
Ministério da Previdência Social/Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social	MPS/ DATAPREV	Federal
Ministério da Previdência Social/Instituto Nacional da Seguridade Social/Gerência Executiva em Natal***	MPS/INSS/ GEX/NAT	Federal
Ministério da Saúde/ Fundação Nacional de Saúde - Coordenação Regional do Rio Grande do Norte	MS/FUNASA/ CORE/RN	Federal
Ministério das Comunicações/Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos/Diretoria Regional do RN[3]	MC/ECT/ DR/RN	Federal

[3] ***Reconhecida e premiada na Faixa Bronze do PQGF, Ciclo 2000***

ORGANIZAÇÃO	SIGLA	GOVERNO
Ministério das Minas e Energia/Petróleo Brasileiro S/A – Unidade de Negócios de Exploração & Produção do RN e CE	MME/ PETROBRÁS UNE&P RN-CE	Federal
Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	MDA/INCRA/ SUPER/RN	Federal
Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	MMA/IBAMA	Federal
Ministério do Trabalho e Emprego/Delegacia Regional do Trabalho*	MTE/DRT/RN	Federal
Ministério dos Transportes/Companhia Docas do Rio Grande do Norte	MT/CODERN	Federal
Ministério Público Estadual/Procuradoria Geral da Justiça	MPE/PGJ	Estadual
Tribunal Regional do Trabalho – 21ª Região – Rio Grande do Norte*	TRT/RN	Judiciário

Fonte: SFA/RN – Núcleo GESPÚBLICA/RN

* ***Organizações adesas validadas com Certificado de Gestão do PQSP/GESPÚBLICA***

** ***Organizações militares validadas pelo Programa de Excelência Gerencial (PEG) do Exército Brasileiro***

******* ***Organizações adesas aguardando a validação da auto-avaliação pelo GESPÚBLICA***

Tabela 42 – Atividades executadas pelo Núcleo Estadual do GESPÚBLICA no Estado do Rio Grande do Norte (GESPÚBLICA/RN) no exercício de 2007

DATA	EVENTO	PARTICIPANTES
07/03/2007	Palestra de Sensibilização sobre o Gespública para os diretores da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Natal, Auditório da Escola do Legislativo, Natal/RN	10
13/03/2007	Reunião de trabalho com o Secretário de Estado-Adjunto de Administração e dos Recursos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Marcos Lael, para definir as ações do Governo do Estado junto ao Núcleo Gespública no RN	4
19/06/2007	Palestra de Sensibilização sobre o Gespública para os dirigentes e servidores da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Auditório do Ed Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, Natal/RN	35
27 a 29/06/2007	Curso de Formação da Banca Examinadora do Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF), Ciclo 2007, Auditório da 24ª Circunscrição do Serviço Militar (CSM) do Exército Brasileiro, Natal/RN	06
05/07/2007	Segunda Reunião do Comitê Gestor do Núcleo Gespública no Estado do Rio Grande do Norte, Auditório Menor da Superintendência Federal de Agricultura, Natal/RN	21

DATA	EVENTO	PARTICIPANTES
05/07/2007	Palestra de Sensibilização sobre o Gespública para os dirigentes e servidores da Promotoria de Justiça de Natal da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Auditório da Promotoria, Natal/RN	12
31/07/2007	Primeira Reunião do Comitê Gestor do Núcleo Gespública no Estado do Rio Grande do Norte, Auditório Menor da Superintendência Federal de Agricultura, Natal/RN	6
21/09/2007	Solenidade de entrega da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Categoria de Oficial ao Coordenador-Executivo do Núcleo Gespública no RN, Pátio do Tribunal Regional do Trabalho, Natal/RN	1
02/10/2007	Palestra de Sensibilização sobre o Gespública para o Alto-Comando do III Distrito Naval, Auditório da Base Naval de Natal, Natal/RN	20
09/10/2007	Palestra de Sensibilização sobre o Gespública para o Pleno dos Procuradores de Justiça da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, Plenário da Procuradoria-Geral de Justiça, Natal/RN	20
3 a 07/11/2007	Oficina de Auto-Avaliação e Melhoria da Gestão no Comando do III Distrito Naval da Marinha do Brasil, Base Naval de Natal, Natal/RN	48
10 a 14/11/2007 17 a 20/11/2007	Oficina de Análise e Melhoria de Processos no Comando do III Distrito Naval da Marinha do Brasil, Base Naval de Natal, Natal/RN[4]	48
27 a 30/11/2007	Curso de Formação de Multiplicadores em Simplificação Administrativa, Auditório Menor da Superintendência Federal de Agricultura, Natal/RN	25
28 a 30/11/2007	Oficina de Auto-Avaliação e Melhoria da Gestão na Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda, Natal/RN	30
1 a 05/12/2007	Oficina de Planejamento Estratégico no Comando do III Distrito Naval, Base Naval de Natal, Natal/RN[5]	48
05/12/2007	Solenidade de entrega da Medalha “Amigo da Marinha” ao Coordenador-Executivo do Núcleo Gespública no RN, pelo Comandante do III Distrito Naval, Praça Almirante Tamandaré, Natal/RN	1

[4] Oficina ministrada pelo Ten Cel Narcizo Marcelo Gonçalves (EB/Comando da 7ª Bgda) e Capitão-de-Fragata Claudio Lozano Barbosa (MB/BNN)
[5] Oficina ministrada pelo Capitão-de-Fragata Cláudio Lozano Barbosa (MB/BNN)

DATA	EVENTO	PARTICIPANTES
12 a 14/12/2007	Curso de Formação de Multiplicadores em Auto-Avaliação e Melhoria da Gestão, Auditório Menor da Superintendência Federal de Agricultura, Natal/RN	08
26/12/2007	Cumprimentos formais de final de ano à Senhora Governadora do Estado, Wilma de Faria, Palácio das Artes, Natal/RN	1

Fonte: SFA/RN – Núcleo GESPÚBLICA/RN

Tabela 43 - Metas do Núcleo Gespública no Estado do Rio Grande do Norte para 2007 (legitimadas na Reunião do Comitê Gestor em 22/11/2006)

META	PROGRAMADA	ALCANÇADA	OBSERVAÇÃO
1. Totalizar 50 (cinqüenta) organizações participantes do Gespública até Dezembro de 2007	50	41	
2. Ampliar em 100% (cem por cento) do número de voluntários atuais (10) até Dezembro de 2007	20	16	
3. Assegurar que 100% (cem por cento) das organizações atuais (34) participantes da Rede Nacional de Gestão Pública realizem auto-avaliação e melhoria da gestão até Dezembro de 2007	34	4	
4. Assegurar que 100% (cem por cento) das organizações (34) participantes da Rede Nacional de Gestão Pública tenham implementado Simplificação Administrativa até Dezembro de 2007	34	-	O curso de formação de multiplicadores foi realizado em Nov/2007
5. Assegurar que 100% (cem por cento) das organizações (34) participantes da Rede Nacional de Gestão Pública tenham implementado a Carta de Serviços até Dezembro de 2007	34	-	Não foi realizado o curso de formação de multiplicadores em gestão do atendimento
6. Assegurar que 100% (cem por cento) das organizações (34) participantes da Rede Nacional de Gestão Pública tenham implementado o Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS) até Dezembro de 2007	34	-	Não foi realizado o curso de formação de multiplicadores em gestão do atendimento
7. Capacitar 100% (cem por cento) dos atuais multiplicadores (10) em avaliação e melhoria da gestão do Núcleo Gespública no RN até Dezembro de 2007 (Agenda Nacional de Capacitação)	10	8	
8. Assegurar que 100% (cem por cento)	1	1	

META	PROGRAMADA	ALCANÇADA	OBSERVAÇÃO
das Organizações que ancoram Núcleos Estaduais do Gespública realizem auto-avaliação e melhoria da gestão até Dezembro de 2007			
9. Assegurar, no mínimo, a participação de 1 (uma) organização pública do Estado seja candidata ao Ciclo 2007 do Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF)	1	-	
10. Assegurar, no mínimo, a formação de 1 (uma) turma de examinadores do Estado para o Ciclo 2007 do Prêmio Nacional de Gestão Pública (PQGF)	1	1	

Fonte: SFA/RN – Núcleo GESPÚBLICA/RN

RESPONSABILIDADE PÚBLICA E CIDADANIA

A SFA/RN participa ativamente do Comitê de Entidades Pela Fome e Pela Vida – COEP, através de uma servidora exercendo a função de Secretária-Executiva Adjunta, além de um grupo de voluntários, que atua na Jornada pela Cidadania denominado *Visão Nova*.
O COEP Nacional, através da Rede de Mobilização Social criou a Jornada, no mês de Agosto, nos estados e municípios onde atua, sendo esta uma iniciativa voltada para o fortalecimento das organizações e pessoas, para a promoção da cidadania, objetivando a construção de uma sociedade mais justa e solidária.
A Superintendência formou uma equipe que cumpriu tarefas relacionadas às etapas designadas pela Coordenação Nacional, sempre apoiadas pelo Superintendente.
Durante o exercício de 2007, além da participação da representante da SFA/RN e do grupo, nas reuniões mensais, foram realizadas várias atividades tais como:

1. Participação em 9 reuniões mensais, onde foram planejadas todas as atividades executadas ao longo do ano;
2. No mês de outubro, por ocasião da Semana da Alimentação, a equipe Visão Nova, em parceria com os CORREIOS e DATAPREV, realizou uma Campanha para a Coleta de Alimentos não perecíveis, tendo sido arrecadados 254 Kg. de alimentos, fraldas descartáveis e leite em pó, beneficiando a comunidade Retiro, em Macaiba/RN, e o Núcleo Amor e Vida, que atende a 100 mães no Bairro Planalto, em Natal;
3. No período de 03 a 05/12, a SFA/RN, através de sua representante, participou da Reunião da Comissão Executiva do COEP Nacional, em Brasília/DF, quando foi feita a apresentação da Trajetória do COEP pelo seu Presidente, André Spitz, dando origem à "Jornada pela Cidadania". Foram apresentados os dados atualizados da Jornada, nos Estados e municípios, contabilizando 46 locais de atuação, com o envolvimento de 1.828 participantes, distribuídos em 382 equipes, atuando em 80 comunidades em todo o Brasil.
   Na oportunidade foi apresentada a proposta para o planejamento das atividades para 2008, que foi submetida à análise da Comissão, unanimemente aprovada. Foram apresentados todos os trabalhos desenvolvidos nos Estados e municípios, pelos seus representantes, bem como os projetos em andamento, com o apoio do Conselho Deliberativo, composto pelos dirigentes dos órgãos que representam o Comitê. O evento foi uma oportunidade de troca de experiências e de definição de diferentes formas de cooperação entre redes de ação social.
4. No dia 11/12, a equipe "Nova Visão" levou os jovens que participam do Grupo Musical "Sons do Curimataú", no Assentamento José Rodrigues Sobrinho, em Nova Cruz/RN, para gravarem a música "Juntos Caminhamos", num Studio em Natal, sob a regência do maestro José Nilo Pinheiro, em parceria com a UFRN. A gravação vai fazer parte do CD do COEP Nacional.
5. No dia 15 de dezembro, participamos com a equipe Visão Nova do "Natal pela Vida", sendo direcionada às crianças da escola Retiro, em Macaíba. Os professores se deslocaram da

comunidade, com as crianças num ônibus cedido pela Prefeitura Municipal, até o Parque das Dunas, onde foi realizada a festa natalina em parceria com várias instituições parceiras do COEP, havendo a distribuição de presentes e lanches, proporcionando muitas brincadeiras, proporcionando um dia super agradável.

A atuação da SFA/RN no COEP em 2007 realizou-se através da mobilização de pessoas na nossa instituição, incluindo a permanente coleta de garrafas *pet*, vidros e jornais, que são utilizadas como matéria prima nas oficinas de reciclagem, além da contribuição financeira para as atividades destinadas a grupos para as quais as tarefas são direcionadas, baseadas no lema ”juntos podemos e fazemos mais”, seguindo os princípios dos “8 Objetivos do Milênio”.

SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG

Setor de Material e Patrimônio - SMP

Está contido no Setor de Material e Patrimônio conforme os incisos de VIII a XII, Art. 31 do Regimento Interno. As atividades desenvolvidas pelo Setor de Patrimônio estão descritas a seguir:

Almoxarifado

Está contido no Setor de Material e Patrimônio, inciso IV, Art. 31 do Regimento Interno, cita: controlar a entrega de materiais de consumo e de bens móveis. As Tabelas 44 e 45 apresentam as entradas e saídas de materiais de consumo por classificação contábil, comprado e requisitados durante todo exercício de 2007, pelos diversos setores desta SFA/RN.

Tabela 44 - Entrada Orçamentária de Material de Consumo na SFA/RN no Exercício de 2007

ELEMENTO DE DESPESA / CLASSIFICAÇÃO	MATERIAL	VALOR (R$)
339030-01	Combustível e lubrificante	104.051,18
339030-07	Gêneros de alimentação	3.884,41
339030-11	Material químico	596,00
339030-14	Material esportivo	00,00
339030-16	Material de expediente	19.937,54
339030-17	Material de processamento de dados	18.447,18
339030-18	Materiais e medicamentos p/uso Veterinário	11.439,92
339030-19	Material de acondicionamento e embalagem	1.128,77
339030-20	Material de cama e mesa	0,00
339030-21	Material de copa e cozinha	3.548,79
339030-22	Material de limpeza e produtos de higiene	736,22
339030-23	Uniformes, tecidos e aviamentos.	27,85
339030-24	Material p/manutenção de bens Imóveis	3.087,18
339030-25	Material p/manutenção de bens móveis	5.192,36
339030-26	Material elétrico	1.278,79
339030-28	Material de proteção e segurança	3.166,49

ELEMENTO DE DESPESA / CLASSIFICAÇÃO	MATERIAL	VALOR (R$)
339030-29	Material para áudio, vídeo e foto	541,54
339030-31	Sementes mudas de plantas e insumos	12,45
339030-35	Material laboratorial	58,73
339030-36	Material hospital	32,30
339030-39	Material p/manutenção de veículos	82.281,91
339030-96	Material de consumo	40,00
TOTAL		**259.489,61**

Fonte: ALMOX/SMP/SAD/SFA/RN

A Tabela 44 evidencia a entrada anual de materiais, consumidos pelos setores acima, totalizando R$ 259.489,61 (duzentos e cinqüenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos).

Tabela 45 - Saída Orçamentária de Material de Consumo na SFA/RN no Exercício de 2007

ELEMENTO DE DESPESA / CLASSIFICAÇÃO	MATERIAL	VALOR (R$)
339030-01	combustível e lubrificante	104.051,18
339030-07	gêneros de alimentação	3.884,41
339030-11	material químico	596,00
339030-14	material esportivo	00,00
339030-16	material de expediente	24.124,73
339030-17	material de processamento de dados	29.599,13
339030-18	materiais e medicamentos p/uso veterinário	11.439,92
339030-19	material de acondicionamento e embalagem	1.213,12
339030-20	material de cama e mesa	0,00
339030-21	material de copa e cozinha	2.565,61
339030-22	material de limpeza e produtos de higiene	602,13
339030-23	uniformes, tecidos e aviamentos.	27,85
339030-24	material p/ manutenção de bens imóveis	3.087,18
339030-25	material p/ manutenção de bens móveis	5.192,36
339030-26	material elétrico	1.278,79
339030-28	material de proteção e segurança	3.166,49
339030-29	material para áudio, vídeo e foto	541,54
339030-31	sementes mudas de plantas e insumos	12,45
339030-35	material laboratorial	58,73
339030-36	material hospitalar	32,30

ELEMENTO DE DESPESA / CLASSIFICAÇÃO	MATERIAL	VALOR (R$)
339030-39	material de manutenção de veículos	82.281,91
339030-96	material de consumo	40,00
TOTAL		**273.795,83**

Fonte: ALMOX/SMP/SAD/SFA/RN

A Tabela 45 evidencia a saída do material de consumo anual na SFA/RN, totalizando R$ 273.795,83 (duzentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e três centavos), cujo demonstrativo por Unidade Técnica e Administrativa é apresentado na Tabela 46.

Tabela 46 – Demonstrativo do Consumo Anual de Custo por Unidade Administrativa e Técnica da SFA/RN no Exercício de 2007.

UNIDADE ADMINISTRATIVA/TÉCNICA	TOTAL (R$)
Assessoria Jurídica – ASJUR	113,48
Comissão de Permanente de Licitação - CPL	320,11
Divisão Técnica – DT	1.707,10
Biblioteca Eloy de Souza	34,37
Gabinete do Superintendente - GAB	1.771,95
Seção de Atividades Gerais – SAG	47.847,45
Seção Orçamentária e Financeira – SEOF	1.250,56
Serviço de Apoio Administrativo – SAD	5.028,18
Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG	2.932,20
Serviço de Defesa Sanitária Animal – SEDESA	19.193,95
Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG	3.502,51
Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO	1.466,62
Setor de Material e Patrimônio – SMP	2.262,15
Setor de Protocolo – SPR	2.350,56
Seção de Recursos Humanos – SRH	950,48
Seção de Programação e Acompanhamento – SPA	79,29
Seção de Tecnologia da Informação – STI	1.846,11
Setor de Transportes - STR	178.709,79
Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO – AEROPORTO	1.939,17
Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO - PORTO	489,80
TOTAL	**273.795,83**

Fonte: ALMOX/SMP/SAD/SFA/RN

O material relacionado na Tabela 47 corresponde ao material comprado para consumo de uso imediato sem requisição junto ao Almoxarifado.

Tabela 47 – Demonstrativo por Unidade Administrativa e Técnica de Material de Consumo para Uso Imediato Adquirido sem Requisição junto ao Almoxarifado da SFA/RN no Exercício de 2007

UNIDADE ADMINISTRATIVA/TÉCNICA	TOTAL (R$)
Seção de Atividades Gerais – SAG	43.856,81
Serviço de Defesa Sanitária Agropecuária – SEDESA	14.561,21
Serviço de Apoio Administrativo – SAD	5.028,18
TOTAL	**63.446,20**

Fonte: ALMOX/SMP/SAD/SFA/RN

No decorrer do ano de 2006, foram efetuadas as seguintes baixas no Patrimônio:

Tabela 48 – Demonstrativo de Baixas de Material de Patrimônio da SFA/RN no Exercício de 2007

Nº Termo	Processo	Destino	Tipo de Baixa	Qtde Bens	Valor
2007/20	21040000295/2006-1	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	?	01	15.500,00
TOTAL				**01**	**15.500,00**

Fonte: ALMOX/SMP/SAD/SFA/RN

Balancete Contábil

Encaminhamento de Relatório de Bens Móveis (R.M.B.) referente aos meses de janeiro a Dezembro/07, em paralelo com o balancete contábil, do SIAFI. Encaminhamento de mensagem informando a conciliação dos saldos ao setorial de contabilidade do MAPA/DF, obedecendo ao calendário contábil.

Termo de Responsabilidade

Sempre que houve movimentação de bens móveis no período, atualizamos de imediato os referidos termos, para que os responsáveis pela guarda e uso dos mesmos, assinassem e mantivesse-os sempre atualizados.

Bens Móveis

A SFA/RN adquiriu, no exercício de 2007, os seguintes bens móveis relacionados abaixo, os quais foram cadastrados devidamente em suas contas contábeis e inseridos no acervo de bens permanente desta Superintendência, sendo em seguida emplaquetados e colocados nos Termos de Responsabilidades de cada setor a que foi destinado.

Tabela 49 - Bens Móveis Adquiridos por Compra pela SFA/RN no Exercício de 2007

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	QUANTIDADE
01	Refrigerador tipo frigobar, marca Consul	714,00	01
02	Condicionador de Ar de Parede – 7.500 BTU – LG	659,00	01
03	Central Telefônica, com 31 ramais	8.500,00	01
04	Data show, marca Epson	4.200,00	01
05	Cadeiras giratórias com braço, em tecido	3.880,00	20

06	Câmera Digital Fotográfica	990,00	01
07	Ar condicionado de 12000 BTU, Elgin	4.156,00	04
08	Balanças de precisão – laboratorial	2.484,00	10
09	Condicionador de Ar de 18.000 BTU – Elgin	4.692,00	04
10	Câmera Fotográfica Digital – Sony	1.299,00	01
11	Bebedouro	1.875,00	05
12	Forno Microondas	459,00	01
13	Impressora jato de tinta	798,00	02
14	Televisor de 21''	507,99	01
15	Transceptor para fac-símile	5.200,00	08
16	Central Telefônica	4.625,00	01
17	TOTAL	**45.038,99**	**62**

Fonte: ALMOX/SMP/SAD/SFA/RN

Bens Adquiridos Através de Transferências

A Coordenadoria Geral de Serviços Gerais/MAPA/DF transferiu para esta SFA/RN os bens relacionados na Tabela 50.

Tabela 50 - Bens Adquiridos pela SFA/RN por Transferência pela Coordenadoria-Geral de Serviços Gerais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Exercício de 2007

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR	QUANTIDADE
01	Automóvel VW Modelo Gol	59.740,00	02
02	Impressora Laser – JET 3050	2.931,18	03
03	Aparelho Faxmodem Brother	1.980,00	02
04	Monitor de Vídeo Policromático sw – Marca IBM	1.200,00	04
05	Microcomputador C/Proc. Pentium – Marca IBM	8.792,00	04
06	Notebook Microcomputador Portátil	7.887,00	02
07	Detector de GAS portátil Mod. Micro 5 PID	6.470,58	01
08	Radio Transceptor portátil Mod. 3800	250,00	01
09	Aparelho Celular digital de tel. IP.STRALTA Mod. LG	152,36	01
10	GPS-Sistema de Comunicação Marca GAZRMIN	487,70	01
11	Microscópio estereoscópio Marca Tesniva Mod. SQF-F	539,47	01
12	Freezer tipo resid. Marca METALFRIO Mod.VF 55 D	2.679,00	01
13	Purificador de Ar Marca ERA	2.548,00	01
14	Barraca camping Marca Náutica Mod. COLEMAN	341,00	01
15	Carregador de Bateria para purificador de ar	914,81	01
16	Container p/transporte de Nitrogênio Marca JJR	4.500,00	01

17	Leitor de Micro Ship (Ident. de Animais) Marca Partiners	1.500,00	01
18	Lava-jato Marca TEKNA Mod. HL 1500 TS	568,00	01
19	Quadro branco com 04 rodas suporte p/apagador e caneta	398,88	01
	TOTAL	**103.879,98**	**30**

Fonte: ALMOX/SMP/SAD/SFA/RN

Imóveis

Foi realizada vistoria nos imóveis pertencentes ao acervo patrimonial do MAPA sob jurisdição da SFA/RN, em bens que se encontram sob cessão gratuita; e vistoria em bens móveis, com a emissão dos termos de responsabilidades.

PROTOCOLO

Tabela 51 – Demonstrativo das Atividades de Protocolo na SFA/RN no Exercício de 2007

DISCRIMINAÇÃO	Nº DE POSTAGENS
Postagens simples	436
Expedição de Contra-Cheques	9112
Expedição de Faturas para o CPL	115
Guia de Remessa para Outros Órgãos	218
Guia de Remessa pelo Gabinete do Superintendente	690
Guia de Remessa pela Divisão Técnica	80
Guia de Remessa pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal	301
Malotes Expedidos	95
Malotes Recebidos	91
Documentos Expedidos por Malotes	446
Documentos Recebidos por Malotes	792
Ofícios-Circulares Expedidos	27
Ofícios Expedidos	1.277
Processos Expedidos	1.957
Avisos de Recebimentos (AR) Expedidos	682
SEDEX/ECT Expedidos	346

Fonte: Protocolo/SAG/SAD/SFA/RN

Setor de Transportes - STR

Tabela 52 – Demonstrativo das Atividades do Setor de Transportes da SFA/RN no Exercício de 2007

ATIVIDADES	QUANTIDADE	VALOR PAGO (R$)
Emissão de ordem de saída de veículos oficial	**1927**	-
Emissão de controle de abastecimento de veículo oficial	**976**	-
Diárias em objeto de serviço ao interior do estado e outros	**385**	-
Total das frotas de veículo oficial	**21**	-
Total de km rodados da frota	**375.433**	-

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA/RN

Tabela 53 – Demonstrativo do Consumo Geral de Combustíveis, dos Serviços e de Manutenção na SFA/RN no Exercício de 2007

COMBUSTÍVEL	LITROS	PREÇO P/LT	VALOR
Diesel	25.763,61	1,839	47.379,29
Gasolina	15.331,34	2,477	37.975,75
Óleos E Filtros	**-**	**-**	2.860,50
Sub-Total	*41.094,95*	-	*88.215,54*
Suprimento de Fundos e Outros			*15.835,64*
Total Geral Contabilizado na Conta 33390.30.01			*104.051,18*

MANUTENÇÃO E SERVIÇOS

DESCRIÇÃO	QTDE DE ORÇAMENTOS	VALOR
Peças	86	62.615,17
Serviços		24.057,40
TOTAL CONTABILIZADO NA CONTA 33390.30.39	*86*	*86.672,57*

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA/RN

Tabela 54 – Demonstrativo de Custo Médio Mensal por Veículo da Frota Oficial da SFA/RN no Exercício de 2007

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Combustíveis e Lubrificantes	4.954,81
Peças e Serviços	4.127,26
Média Geral por Veículo	9.082,07

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA/RN

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande Norte – SFA/RN
UNIDADE GESTORA 130023

M A P A
147 ANOS
ABASTECENDO O BRASIL

Tabela 55 - Demonstrativo Mensal 2007 dos Serviços Terceirizados (Contratos)

Nº CRONOG	FIRMA – CNPJ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MEDIA
20 / 2003	08.473.985/0001-84 ALVARES E ALVARES LTDA	5.101,56	4.477,55	6.691,26	7.624,72	8.821,85	6.955,46	7.920,59	7.237,52	6.234,84	10.175,16	7.701,51	6.103,99	**85.046,01**	7.087,17
21 / 2003	05.050.476/0001-50 GOUVEIA REFRIGERACAO LTDA	845,00	1.186,00	845,00	845,00	845,00	1.935,00	2.546,60	898,00	1.365,00	845,00	2.495,00	920,00	**15.570,60**	1.297,55
22 / 2003	05.872.572/0001-84: CENTAURO SUPRIMENTOS &	1.224,72	1.477,04	1.800,96	1.921,92	2.040,72	1.733,44	1.430,00	1.503,36	615,92	832,72	1.045,60	1.554,08	**17.180,48**	1.431,71
02/2004	03.572.454/0001-25: CRR CONSTRUCOES E SERVICO	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	8.321,56	8.920,18	25.631,38	**102.079,08**	8.506,59
04/2005	70.314.745/0001-00: PEROLA SERVICOS TECNICOS	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	18.070,04	3.851,30	**47.534,94**	3.961,25
08/2005	04.562.527/0001-60: URBANO SEGURANCA DE VALOR	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	**167.346,12**	13.945,51
03 / 2006	34.028.316/0025-80: CORREIOS	3.170,62	3.615,16	2.352,43	2.984,12	3.663,72	1.109,91	3.319,43	5.168,74	5.018,49	2.260,79	1.226,07	2.078,41	**35.967,89**	2.997,32
06 / 2006	70.314.745/0001-00: PEROLA SERVICOS TECNICOS	11.610,03	12.812,91	14.144,03	13.285,39	13.414,35	12.340,35	12.340,35	11.610,03	14.678,15	15.820,11	12.318,05	14.554,50	**158.928,25**	13.244,02
07 / 2006	03.193.254/0001-61: ELEVADORES	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	1.848,70	298,00	298,00	298,00	**5.132,30**	427,69

Nº CRONOG	FIRMA – CNPJ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MEDIA
	MASTER LTDA														
08 / 2006	09.080.300/0001-00: MONTEIRO & MESQUITA LTDA	18.323,34	4.602,76	10.939,68	10.649,43	13.732,88	5.360,26	NÃO HOUVE MANUT.	NÃO HOUVE MANUT.	19.944,97	6.258,84	10.608,96	2.946,24	**103.367,36**	8.613,95
01 / 2007	72.597.966/0001-69: VIAGENS BRASIL TURISMO LT	CONTRATO SOB GESTÃO DE ELZA												**-**	-
02 / 2007	35.275.783/0001-09: HASTE LOCACAO DE MAO DE O	-	-	-	-	-	6.680,88	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.488,54	10.488,54	**67.743,24**	11.290,54
	ULTRAGEL-	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.021,32	3.340,44							**53.447,04**	10.689,41
03 / 2007	33.530.486/0001-29: EMBRATEL							7.097,71	2.063,42	2.924,01	2.879,61	3.183,27		**18.148,02**	1.512,34
02-2006	CENTAURO – SEAP	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	**4.776,00**	398,00
														882.267,33	73.522,28

Fonte: SAG/SAD/SFA/RN

Tabela 56 – Demonstrativo da Compra de Material Permanente por Pregão Eletrônico na SFA/RN no Exercício de 2007

TIPO DE AQUIS.	ITEM	PRODUTO	QTD	VL UNIT.	VL TOTAL	VL COMPRA	VL TOT.REFER	BENEFÍCIO
PREGÃO ELETRÔNICO - SFA/RN.	um	1-LAP TOP(NOTEBOOK):40 -GB, POCESSADOR INTEL CELERON M, SISTEMA OPERA-512mmb	10	1.870,00	18.700,00	2.100,00	21.000,00	2.300,00
	2	2-Computador:40 Gb, Pro. Intel, 256 MB	8	954,00	7.632,00	1.185,00	9.480,00	1.848,00
	três	3-Monitor LCD:17", Plug	5	507,00	2.535,00	540,00	2.700,00	165,00
	4	4-Câmera Digital 7.2 MPICXEL	5	471,00	2.355,00	780,00	3.900,00	1.545,00
	5	5-Impressora Laser Color	4	920,00	3.680,00	1.200,00	4.800,00	1.120,00
	7	7-Lavadora De Alta Pressão	1	980,00	980,00	800,00	800,00	(180,00)
	8	8-Ap. De Ar Condic. Split 18000 Btu	3	1.499,90	4.499,70	2.200,00	6.600,00	2.100,30
	9	9-Aparelho De Ar Condic. 18000 Parede	10	1.000,00	10.000,00	1.600,00	16.000,00	6.000,00
	10	10-Condicionador De Ar: Split 7500btu	1	979,99	979,99	1.100,00	1.100,00	120,01
	11	11-Aparelho De Fac-Símile	5	423,99	2.119,95	700,00	3.500,00	1.380,05
	12	12-Placa Captura de Vídeo	1	285,00	285,00	350,00	350,00	65,00

TIPO DE AQUIS.	ITEM	PRODUTO	QTD	VL UNIT.	VL TOTAL	VL COMPRA	VL TOT.REFER	BENEFÍCIO
	13	13- BEBEDOURO DE ÁGUA: 20l COLUNA	5	349,99	1.749,95	500,00	2.500,00	750,05
	15	Mobiliário (Estação Trabalho, Armários. Mesas)	1	8.700,00	8.700,00	14.565,00	14.565,00	5.865,00
ADESÃO ATA UFRN-UASG 153103	1	1-Pregão: 56/2007 Objeto: Aparelho Telefônico - 17 Teclas	38	25,98	987,24	29,45	1.119,10	131,86
	2	2-Item 06 Pregão:56/2007 Objeto:Câmara Digital 8.1 MPIXEL	1	1.194,99	1.194,99	1.600,00	1.600,00	405,01
	3	3-Item 12 Pregão: 56/2007 Objeto: Filmadora Digital	1	1.161,00	1.161,00	1.814,00	1.814,00	653,00
ADESÃO ATA CEFET-UASG 153024 SRP 74/2007	4	Impressora Jato Tinta	10	200,00	2.000,00	300,00	3.000,00	1.000,00
	5	Notebook, Com 2 Núcleos, 40gb, 512 Mb Tela 15"	5	2.384,00	11.920,00	2.500,00	12.500,00	580,00
	6	Estabilizador Micropro. Tensão	10	79,15	791,50	90,00	900,00	108,50
Valor total economizado pela SFA/RN em compra de material permanente em 2007								*25.956,78*
1- Aqui não estão incluídos os valores relativos ao Pregão de Registro de Preços de Material Permanente em 2006, cujos itens foram adquiridos em 2007.								
2 - Não foram incluídas as aquisições de 03 (três) veículos, sendo: 01 Pick-Up S10, no valor de R$ 73.000,00; 01 Renault Clio, no valor de R$ 22.870,00 e 01 Pick-Up Ford Courrier, no valor de R$ 30.000,00, valores considerados de mercado.								
3 - Não estão incluídas as Dispensas de Licitações								

Fonte: SAG/SAD/SFA/RN

Tabela 57 - Demonstrativo Contratos Terceirizados no Exercício de 2007

FIRMA - CNPJ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MEDIA
08.473.985/0001-84 ALVARES E ALVARES LTDA	5.101,56	4.477,55	6.691,26	7.624,72	8.821,85	6.955,46	7.920,59	7.237,52	6.234,84	10.175,16	7.701,51	6.103,99	85.046,01	7.087,17
05.050.476/0001-50 : GOUVEIA REFRIGERACAO LTDA	845,00	1.186,00	845,00	845,00	845,00	1.935,00	2.546,60	898,00	1.365,00	845,00	2.495,00	920,00	15.570,60	1.297,55
05.872.572/0001-84 : CENTAURO SUPRIMENTOS &	1.224,72	1.477,04	1.800,96	1.921,92	2.040,72	1.733,44	1.430,00	1.503,36	615,92	832,72	1.045,60	1.554,08	17.180,48	1.431,71
03.572.454/0001-25 : CRR CONSTRUCOES E SERVICO	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	6.578,44	8.321,56	8.920,18	25.631,38	102.079,08	8.506,59
70.314.745/0001-00 : PEROLA SERVICOS TECNICOS	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	2.561,36	18.070,04	3.851,30	47.534,94	3.961,25
04.562.527/0001-60 : URBANO SEGURANCA DE VALOR	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	13.945,51	167.346,12	13.945,51
34.028.316/0025-80 : CORREIOS	3.170,62	3.615,16	2.352,43	2.984,12	3.663,72	1.109,91	3.319,43	5.168,74	5.018,49	2.260,79	1.226,07	2.078,41	35.967,89	2.997,32
70.314.745/0001-00 : PEROLA SERVICOS TECNICOS	11.610,03	12.812,91	14.144,03	13.285,39	13.414,35	12.340,35	12.340,35	11.610,03	14.678,15	15.820,11	12.318,05	14.554,50	158.928,25	13.244,02
03.193.254/0001-61 : ELEVADORES MASTER LTDA	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	298,70	1.848,70	298,00	298,00	298,00	5.132,30	427,69
09.080.300/0001-00 : MONTEIRO & MESQUITA LTDA	18.323,34	4.602,76	10.939,68	10.649,43	13.732,88	5.360,26	NÃO HOUVE MANUT.	NÃO HOUVE MANUT.	19.944,97	6.258,84	10.608,96	2.946,24	103.367,36	8.613,95

FIRMA - CNPJ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MEDIA
72.597.966/0001-69 : VIAGENS BRASIL TURISMO LT	*CONTRATO SOB GESTÃO DE ELZA*													
35.275.783/0001-09 : HASTE LOCACAO DE MAO DE O	-	-	-	-	-	6.680,88	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.488,54	10.488,54	67.743,24	11.290,54
ULTRAGEL-	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.021,32	10.021,32	3.340,44							53.447,04	10.689,41
33.530.486/0001-29 : EMBRATEL							7.097,71	2.063,42	2.924,01	2.879,61	3.183,27		18.148,02	1.512,34
CENTAURO - SEAP	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	398,00	4.776,00	398,00
VALOR ECONOMIZADO EM SERVIÇOS PELA SFA/RN EM 2007														
1-Não estão incluídos os pequenos serviços														

Fonte: SAG/SAD/SFA/RN

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

Apesar da realização em 2006, na SFA/RN, de uma Oficina de Auto-Avaliação da Gestão Pública e de Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional, ainda não foi possível implantar os Indicadores de Desempenho (Eficácia, Eficiência, Economicidade e Efetividade) em todos os Programas/Ações Finalísticas e de Apoio Administrativo. Para 2008 está prevista esta implantação.

Entretanto, alguns Programas/Ações executadas pelos serviços finalísticos – SEDESA e SIPAG – apresentam neste Relatório alguns resultados da aplicação desses Indicadores, conforme se pode constatar nas Ações descritas a seguir.

PROGRAMA 0356 – SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) é o responsável pela execução do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas. Nas Tabelas 33 e 34 (págs. 50 e 51) são apresentados os resultados medidos pelos Indicadores de Desempenho da *Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e outros Produtos de Origem Vegetal – INSPVEGETAL*. Na Tabela 38 (pág. 55) são apresentados os resultados dos Indicadores de Desempenho da *Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – PADCLASSIF*.

Ação: 4809 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura

Tendo como base os seguintes indicadores de desempenho:

- Proteção e vigilância dos plantéis avícolas nacionais para enfermidades exóticas como a Influenza Aviária;
- Elevação da produção avícola de melhor qualidade;
- Controle das doenças avícolas que constituem risco de saúde pública;
- Maior condição de atendimento no controle de doenças avícolas;
- Maior conhecimento dos profissionais atuantes em vigilância e sanitária para doenças avícolas;
- Conhecimento da localização geográfica dos plantéis avícolas existentes; e.
- Conhecimento da situação sanitária dos plantéis, permitindo a verificação da incidência e ocorrência das doenças avícolas.

Correlacionando as atividades realizadas com os gastos efetuados para o alcance da situação desejada, em termos dos indicadores acima, tem-se como desempenho operacional da ação, um resultado satisfatório em termos de eficiência, eficácia e efetividade. Na análise comparativa em relação ao ano de 2006, tem-se a constatação da condição melhorada dos técnicos em atuarem de forma emergencial na verificação de ocorrência de doenças a campo, bem como na colheita de amostras e atividades de educação sanitária.

Em relação aos quantitativos realizados, somente com uma ampliação no quadro de médicos veterinários e auxiliares de campo, bem como de infraestrutura, como veículos, para barreiras móveis de fiscalização, poderá se ter um incremento efetivo. Não obstante, é conclusiva a positividade em termos de eficiência, uma vez que houve uma otimização dos recursos financeiros utilizados para ao custeio de todas as atividades realizadas.

Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)

Tendo como indicador de efetividade a taxa de incidência e ocorrência da raiva e outras encefalopatias dos Herbívoros, pode-se concluir por um resultado satisfatório, uma vez que com os recursos financeiros utilizados na realização das atividades de fiscalização e de supervisão nos trabalhos dos técnicos do órgão executor estadual, que se constituiu em atendimento à ocorrência

dos casos de encefalopatias dos ruminantes com colheita de material para diagnóstico laboratorial e adoção de medidas epidemiológicas de prevenção e controle.

Ação: 4766 – Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose

Considerando os seguintes indicadores de efetividade:

- Índice de prevalência e taxa de incidência da Brucelose e Tuberculose;
- Diminuição dos índices de abortos em rebanhos bovinos e bubalinos, aumentando a produção e produtividade dos rebanhos;
- Maior divulgação e esclarecimento da população sobre o risco de contágio destas zoonoses;
- Baixar a prevalência e a incidência de novos focos de Brucelose e Tuberculose bovina e bubalina;
- Aumento da garantia de qualidade de exames e procedimentos, com o processo de habilitação dos médicos veterinários atuantes; e
- Implementação do sistema de propriedades certificadas como livres ou monitoradas para Brucelose e Tuberculose, diminuindo os riscos de ocorrência destas zoonoses.

Correlacionando as atividades realizadas com os recursos financeiros utilizados tem-se um resultado satisfatório em termos de eficiência e eficácia, uma vez que foi possível otimizar as atividades já implantadas.

Somente, na questão da efetividade é que não se alcançou a meta pretendida, em atividades de sacrifício/abate de animais positivos e saneamentos das propriedades focos, devido ao reduzido número de profissionais médicos veterinários do órgão executor estadual.

Ação: 4842 - Erradicação da Febre aftosa

Considerando indicadores de efetividade como:

- Maior desempenho do órgão executor estadual, principalmente quanto à: atendimento imediato às notificações de ocorrência de suspeita de doença vesicular a campo, conhecimento técnico científico por parte dos médicos veterinários e auxiliar, sobre as regras e legislações do PNEFA; investigação epidemiológica e cadastramento georeferenciado dos pontos de risco; de fiscalizações a estabelecimentos de processamento e manipulação de produtos de origem animal; como abatedouros e entrepostos de laticínios; da fiscalização e controle sanitário nos eventos agropecuários, inclusive as feiras locais de comercialização de animais; atendimento ao fluxograma das informações epidemiológicas semanais e mensais, condição de funcionamento das unidades locais de saúde animal e vegetal e postos fixos de fiscalização; de atualização cadastral e evolução dos rebanhos de bovinos e bubalinos, principalmente, fiscalização e coordenação das ações durante as campanhas de vacinação; ações de educação sanitária junto aos criadores e comunidades.
- Aumento do percentual de vacinação contra Febre Aftosa; e
- Evolução do sistema de atenção veterinária estadual.

E correlacionando as atividades de fiscalização e de supervisão ao órgão executor estadual, desenvolvidas pelos Fiscais Federais Agropecuários, do SEDESA, com os recursos financeiros utilizados, tem-se um resultado satisfatório em termos de eficiência e eficácia. Quanto à efetividade, em decorrência do acúmulo de atividades na coordenação, em nível local de outros programas sanitários, fica aquém do programado.

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II E X DA DN-TCU-85/2007)

Não se aplica

Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica

Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN- TCU-85/2007)

Tabela 58 – Cartão de crédito coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
710,69	-	-

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

Tabela 59 – Cartão de crédito coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Totais			

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

Tabela 60 – Cartão de crédito coorporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
59.296,00	45.359,00	97.729,00

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

Tabela 61 – Cartão de crédito coorporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de combustível	Para atender despesa emergenciais e miúdas com veiculo em viagem a serviço da SFA/RN	Francisco Neuton Lima	2.000,00
Aquisição de combustível	Atender despesa com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Gil Teixeira Pinto	600,00
Aquisição de combustível Serviços diversos	Atender despesa com combustível em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Ana Cristina de Souza Duarte	300,00 800,00
Aquisição de combustível	Atender despesa com combustível em viagem a serviço e pequenas despesas em favor da SFA/RN. Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Eleu Pereira de Oliveira	150,00
Aquisição de material diversos Serviços diversos	Atender despesa emergenciais com veiculo em viagem a serviço da SEAP/PR/RN Atender despesas com serviços emergenciais da SEAP/PR/RN	Ivanilson de Souza Maia	2.000,00 2.000,00
Aquisição de material diverso	Atender despesa com serviço emergencial em favor da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	300,00
Aquisição de combustível	Atender despesas emergenciais com veiculo em viagem a serviço da SFA/RN	Joelma Ferreira de Oliveira	300,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Jose Sinésio Dantas	2.100,00
Aquisição de combustível	Atender despesas emergenciais com veiculo em viagem a serviço da SFA/RN	Jose Majuli Bezerra	600,00
Aquisição de combustível	Atender despesa emergenciais com veiculo em viagem a serviço da SFA/RN	Geraldo Marcelino C. P. do Rego	300,00
Aquisição de combustível	Atender despesa com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	360,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de combustível	Atender despesa com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Gil Teixeira Pinto	400,00
Aquisição de combustível Aquisição de material diverso Serviços diversos	Atender despesa com combustível em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Nelma do Vale Costa	320,00 700,00 400,00
Aquisição de Combustível Aquisição de material diverso	Atender despesa com combustível em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Francisco Neuton Lima	400,00 1.600,00
Aquisição de material diverso	Para atender despesa com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Jose Sinésio Dantas	597,00
Aquisição material diverso Aquisição de combustível	Atender despesa com combustível em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RNA	Maria do Carmo Noronha Souza e Viana	200,00 400,00
Aquisição de combustível	Para atender despesa com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	300,00
Aquisição de material diverso Serviços diversos	Atender despesa com combustível em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN. Para atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	1.000,00 1.000,00
Aquisição de Combustível	Atender despesas emergenciais com veiculo em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN Para atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Eleu Pereira de Oliveira	630,00
Aquisição material diverso Aquisição de combustível	Atender despesas emergenciais com veiculo em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN Para atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Ângela Lucia Pereira Pessoa	370,00 300,00
Aquisição material diverso Aquisição de combustível	Atender despesas emergenciais com veiculo em viagem a serviço e despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Mario Sergio Granado Pimentel	1.400,00 100,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Mario Sergio Granado Pimentel	1.000,00
Aquisição de combustível Aquisição de material diverso Serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SEAP/PR/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SEAP/PR/RN	Ivanilson de Souza maia	1.200,00 700,00 2.100,00
Aquisição de Combustível	Atender despesa com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	120,00
Aquisição de combustível Aquisição de material diverso	Para atender despesas miúdas de pronto pagamento e em viagem a serviço da SFA/RN Para atender despesas emergenciais com veiculo em viagem a serviço em favor da SFA/RN	Gil Teixeira Pinto	400,00 600,00
Aquisição de Combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	300,00
Aquisição de material diverso	Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Jose Sinésio Dantas	400,00
Aquisição de combustível Serviços diversos Aquisição material diverso	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Jose Sinésio Dantas	800,00 400,00 400,00
Aquisição de Combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Gil Teixeira Pinto	462,00
Aquisição de combustível Aquisição de material diverso	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Francisco Neuton Lima	1.500,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de Combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Geraldo Marcelino C. P. do Rego	800,00
Aquisição de material diverso Aquisição de combustível	Atender despesas com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	300,00 500,00
Serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	2.000,00
Aquisição de Combustível	Atender despesas miúdas em favor desta SFA/RN e com combustível em viagem a serviço	Eleu Pereira de Oliveira	235,00
Aquisição de material diverso	Atender despesas miúdas em favor desta SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	2.000,00
Aquisição de combustível Aquisição de material diverso Serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Nelma do Vale Costa	1.200,00 400,00 400,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	500,00
Aquisição de material e combustível Aquisição de material e serviços diversos	Atender despesas com combustível em viagem a serviço e de pronto pagamento em favor da SEAP/PR/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SEAP/PR/RN	Ivanilson de Souza maia	800,00 3.200,00
Serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	2.000,00
Aquisição de Combustível Aquisição de combustível e serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN.	Jose Sinésio Dantas	400,00 650,00
Aquisição de Combustível	Atender despesas com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Maria do Carmo Noronha Souza e Viana	400,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de combustível e serviço diverso Serviços diversos Aquisição de material diverso Aquisição de material e serviço diverso	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	João Batista de Morais Sobrinho	800,00 2.400,00 400,00 400,00
Aquisição de material diverso	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Maria do Carmo Noronha Souza e Viana	1.000,00
Aquisição de Combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Gil Teixeira Pinto	629,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	1.106,00
Aquisição de material diverso	Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	1.000,00
Aquisição de material diverso	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	920,00
Aquisição de material diverso Serviços diversos Aquisição de material e serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	800,00 800,00 400,00
Aquisição de combustível e serviço diverso Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas e de pronto pagamento e com viagens em favor da SFA/RN	Djalma Dantas Pereira de Macedo	1.600,00 100,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de combustível e serviços diversos Serviços diversos Aquisição de material e serviços diversos Aquisição de material diverso	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Nelma do Vale Costa	700,00 800,00 400,00 100,00
Aquisição de combustível e serviços diversos Aquisição de material e serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Geraldo Marcelino C. P. do Rego	600,00 600,00
Aquisição de combustível Aquisição de combustível e serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Eleu Pereira de Oliveira	90,00 500,00
Aquisição de combustível Aquisição de combustível e serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Valdemar Emídio da Silva	600,00 520,00
Aquisição de combustível e serviços diversos Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SEAP/PR/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SEAP/PR/RN	Ivanilson de Souza maia	1.900,00 2.100,00
Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Gil Teixeira Pinto	600,00
Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Jose Majuli Bezerra	600,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de combustível e serviços diversos Serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Francisco Neuton Lima	1.600,00 1.100,00
Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Ana Cristina de Souza Duarte	280,00
Aquisição de material e combustível Aquisição de combustível Aquisição de material e serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Ângela Lucia Pereira Pessoa	260,00 500,00 150,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Ângela Lucia Pereira Pessoa	750,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Ana Cristina de Souza Duarte	800,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Jose Sinésio Dantas	2.000,00
Aquisição de combustível e serviços diversos Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Jose Sinésio Dantas	800,00 400,00
Aquisição de material e combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Marcos Rodrigues Barbalho	300,00
Aquisição de material diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Nelma do Vale Costa	2.080,00
Aquisição de material diversos	Atender despesa miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Eleu de Oliveira Pereira	930,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de material e combustível Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Cleto Amado Morais Ribeiro Junior	800,00 200,00
Aquisição de material diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Maria do Carmo Noronha e Souza Viana	930,00
Aquisição de material e combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Joelma Ferreira de Oliveira	500,00
Aquisição de combustível	Atender despesas com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Tibério Clemente Rodrigues de Souza	200,00
Aquisição de combustível e serviços diversos Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SEAP/PR/RN Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SEAP/PR	Ivanilson de Souza Maia	2.000,00 2.000,00
Aquisição de combustível e serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento em favor da SFA/RN	Mario Sérgio Granado Pimentel	940,00
Aquisição de combustível	Atender com despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	João Batista de Morais Sobrinho	500,00
Aquisição de combustível e serviços diversos	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Elita Maria Leite Palmeira	1.050,00
Aquisição de combustível	Atender despesas miúdas de pronto pagamento e com combustível em viagem a serviço da SFA/RN	Ângela Lúcia Pereira Pessoa	700,00
Aquisição de material diversos Serviços diversos	Para atender despesas de pronto pagamento e emergenciais em favor da SFA/RN	Mario Sergio Granado Pimentel	3.000,00

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Aquisição de material diversos	Atender despesas emergenciais com veiculo em viagem a serviço da SFA/RN Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Ana Cristina de Souza Duarte	700,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Gil Teixeira Pinto	600,00
Serviços diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	João Batista de Morais Sobrinho	600,00
Serviços Diversos	Atender despesas com serviços emergenciais em favor da SFA/RN	Jose Majuli Bezerra	500,00

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

PROCESSOS DE CONTROLE EXTERNO:
Recomendações e Medidas Implementadas decorrentes da autuação do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes ao exercício de 2006:

DOCUMENTO: Of. 427/03 SECEX/RN
RECOMENDAÇÃO: Regularização junto à GRPU/RN da situação do Edifício Sede Fernando Costa.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: Com relação ao Edifício-Sede Fernando Costa, o processo de regularização de sua situação junto a GRPU/RN continua estagnado, em virtude do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ainda não ter quitado seu débito de recolhimento do GFIP perante o INSS, apesar de terem sido expedidas correspondências oficiais àquela Pasta tratando e alertando sobre o assunto, ou seja, Ofício nº 0237/2004 – SAD/GAB/DFA/RN, de 24/03/2004 e, reiterado pelo Ofício nº 055/2007 – SAG/SAD/GAB/SFA/RN, de 05/02/2007. Como se vê, o atendimento a esta recomendação independe desta Unidade.

DOCUMENTO: Ofício nº 6/2008 – TCU/SECEX-RN DE 02/01/2008 – TC 010.297/2006-2 – Exercício 2005

DETERMINAÇÃO: Comunicar ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência o resultado da sindicância, referente ao Sr. OSNILDO YURANOWICH CALDAS TARGINO, conforme determinação contida no parágrafo único, artigo 20, da Lei nº 10.683/2003.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: Determinação cumprida.

DETERMINAÇÃO: Revisar o processo disciplinar, instaurado, por meio da Portaria/SFA-RN nº 30 de 29/03/2005, contra o Sr. Servidor OSNILDO YURANOWICH CALDAS TARGINO, referente acumulação ilegal de cargos públicos, no período de 16 de outubro de 2004 até 02 de março de 2005, fundamentando-o no inciso XII, artigo 132 da Lei 8.112/90, e, se for caso, instaurar tomada de contas especial, a fim de se apurar o possível pagamento em duplicidade de vencimentos acumulados ilegalmente, no período retromencionado.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: Foi efetuada comunicação à Corregedoria do Ministério da Agricultura solicitando a composição de uma nova comissão para conduzir processo administrativo disciplinar objetivando a revisão do processo disciplinar anterior como também a apuração dos fatos acima descritos.

PROCESSOS DE CONTROLE INTERNO:
Recomendações decorrentes de auditoria da Controladoria Geral da União no Rio Grande do Norte (CGU/RN) no exercício de 2003.

DOCUMENTO: Of. Nº 07/04/CGU/RN/PR
RECOMENDAÇÃO: Localização do Bem Patrimonial Filmadora cedido à Secretaria Estadual de Agricultura.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: Como já foi informado no Relatório de Gestão anterior, a Comissão de Sindicância na Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca/RN, encerrou os trabalhos sem chegar à conclusão sobre responsabilidade de autoria acerca do desaparecimento da filmadora de vídeo marca Panasonic. O processo atualmente ainda se encontra em âmbito policial. Uma cópia do processo sindicante foi repassada à CGU/RN. Foi reiterado expediente por intermédio do Ofício nº 0065/2007- SAG/SAD/GAB/SFA/RN, de 07/02/2007, para a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte – SAPE/RN em que são solicitadas informações sobre o andamento do processo sobre o assunto, tendo sido efetuado o pedido de envio de cópia do Boletim de Ocorrência emitido pela

autoridade policial relativo à queixa prestada em virtude da subtração do equipamento. Porém até esta data a Secretaria de Agricultura ainda não respondeu. Resta oficializar mais um expediente àquela Pasta Estadual, como também, já que estão se esgotando as alternativas via comunicação oficial, em breve providenciar uma visita de um representante do patrimônio desta SFA/RN àquele órgão. Cabe concluir, que o atendimento a esta recomendação independe desta Unidade.

Impropriedades apontadas pela Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Norte, na Tomada de Contas Anual, exercício 2004.

DOCUMENTO: Relatório nº 161228.

RECOMENDAÇÃO: Aparelho telefônico celular, marca Motorola, tombo nº 1499, estado de uso informado no inventário Bom. Não localizado.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: Conforme explicado em questionamentos anteriores, este aparelho por acidente foi destruído (tornando-se inservível), numa viagem a serviço do ex-superintendente desta SFA/RN, Sr. Manoel Montenegro Neto. Num posto de gasolina, o aparelho sofreu uma queda de cima do veículo oficial Ford Ranger ao dar a partida, deixado que foi ali por esquecimento. O bem teve sua baixa providenciada no sistema SIAFI.

DOCUMENTO: Ofício nº 31379/2007/CGU-R/RN/CGU-PR, de 25/09/2007, encaminhando Relatório de Auditoria nº 189400.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos a gestor providenciar o recolhimento aos cofres da União da taxa sobre consignação da Golden Cross, conforme determinação contida no item 9.3.3, do Acórdão nº 1.621/2003 – TCU – 1ª Câmara, ou, se for caso, apresentar cópia do instrumento que teria determinado a isenção do desconto em folha de pagamento da referida taxa.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: Ainda não foi obtida resposta, apesar de ter sido encaminhadas correspondências à Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MAPA, através do Ofício nº 078/07 – GAB/SFA-RN, de 12/02/2007, que reiterou o Fax nº 224/2000, o Ofício nº 138/2001 – GAB/DFA/RN, de 01/03/2001, o Ofício nº 141/2001 – GAB/DFA/RN, de 12/02/2001, e que reiterou também o Fax s/ nº/2003, conforme cópias entregues à CGU/RN. Nestes expedientes, foi solicitada cópia do instrumento que teria determinado a isenção do desconto em folha de pagamento da consignação da Golden Cross, bem como solicitação de informações de como proceder para regularizar a situação.

RECOMENDAÇÃO: Recomendamos ao gestor regularizar a situação do edifício Fernando Costa junto à Gerência Regional do Patrimônio da União/RN

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: As medidas encontram-se informadas no item 2.1 acima.

RECOMENDAÇÃO: Providenciar a restituição das importâncias recebidas indevidamente referentes a vantagens do art. 184 da Lei nº 1.711/52, em descumprimento do item 9.3.4 do Acórdão nº 1.621/2003 – TCU – 1ª Câmara.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS: Continua sendo obedecido o Mandado de Segurança nº 2002.84–004653-6 (cópia entregue à CGU/RN), que determinou que a SFA/RN se abstenha de reduzir os proventos de aposentadoria dos impetrantes e de efetuar qualquer desconto em sua remuneração em decorrência dos motivos constantes do processo próprio

Anexo E - Demonstrativo de Transferências Realizadas no Exercício de 2007 (Conforme Item I-1.3 Do Anexo X da DN-TCU-85/2007) – *Não Se Aplica*

Anexo F - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício de 2007 (Item 11 Do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Tabela 62 – Demonstrativo dos Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício de 2007 (Item 11 Do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	06	06
Desligamento	01	01
Aposentadoria	01	01
Pensão	14	14

Fonte: SRH/SAD/SFA/RN